



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 068/2026- COMPRASGOV N.º 90068/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0447.012567.00046/2025-29
ÓRGÃO CONTRATANTE:	CASA MILITAR - CASMIL
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	12/03/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	02/03/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Aline Leoncini Souto
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de Preços para aquisição de veículos automotores novos, para atender as necessidades da Casa Militar, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre

- CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de**

recuperação aprovado e homologado.

- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o

objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - divulgação do resultado da habilitação;

IV - disputa entre os licitantes habilitados;

V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;

VI - divulgação do resultado do julgamento; e

VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no

preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser

- utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo

fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a

proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
 - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **Declaração formal** de disponibilidade em face do objeto licitado.
- c) **Declaração comprovando** a existência de concessionária/oficina autorizada do veículo ofertado, estabelecida na cidade de Rio Branco/AC, por meio de documento expedido pelo fabricante do veículo.
- d) **E demais exigências solicitadas no item 26.3 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expreso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

- 12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.
- 12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.
- 13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).
- 13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.
- 13.3. A apreciação se dará em fase única; e
- 13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.
- 13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:
- 13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e
- 13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.
- 13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.
- 13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.
- 13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:
- 14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

- 15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

- 15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
 - b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. Não será permitida participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será permitida a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos

apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Isabella Maria Prado Nogueira

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA MARIA PRADO NOGUEIRA**, Assistente Administrativo, em 27/02/2026, às 07:54, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019583172** e o código CRC **6D37216C**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6/2026/CASMIL - DIVCLIC

Processo nº 0447.012567.00046/2025-29

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículos automotores novos, para atender as necessidades da Casa Militar, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE PARA REGISTRO	QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Veículo automóvel passeio tipo executivo. (Descrição complementar conforme subitem 2.1)	Unidade	2	1		
2	Veículo automóvel utilitário tipo suv blindado. (Descrição complementar conforme subitem 2.2)	Unidade	2	1		
VALOR TOTAL					R\$	

2. DAS ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

2.1. Os veículos automóveis passeio tipo executivo, deverão seguir as seguintes especificações:

2.1.1. Veículo tipo (Executivo) Híbrido:

I - Veículo automotor leve (Executivo) tipo híbrido 0 (zero) km, ano e modelo 2026/2026 ou superior;

II - Cor preta (original do fabricante);

III - 4 (quatro) portas laterais;

IV - Capacidade para 5 (cinco) passageiros;

V - Motor com potência mínima de 160 cv;

VI - A partir da motorização de 1.8 a combustão;

VII - Motor bicomcombustível, gasolina e álcool;

VIII - Câmbio automático;

IX - Direção hidráulica ou elétrica;

X - Vidros elétricos nas 04 portas;

XI - Rodas de liga leve aro 17" no mínimo;

XII - Pneus de no mínimo 225/45 R17 - Freios ABS nas 04 rodas;

XIII - Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro;

XIV - Câmera de ré com linhas de distância e projeção na central multimídia;

XV - Air bag mínimo frontal (dois) e laterais, sendo (dois) dianteiros e (dois) traseiros;

XVI - Ar condicionado;

XVII - Alarme antifurto;

XVIII - Computador de bordo;

XIX - Comando interno dos retrovisores externos;

XX - Jogo de tapetes;

XXI - Tanque de combustível com capacidade mínima para 40 (quarenta) litros;

XXII - Porta-malas com capacidade mínima para 450 (quatrocentos e cinquenta) litros;

XXIII - Equipado com sistema de áudio central multimídia e mínimo quatro alto-falante, rádio AM/FM, entrada USB, bluetooth, função MP3, conexão para smartphones e tablets via android e apple;

XXIV - Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

Especificações:

a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;

b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;

c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;

d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas;

e) Certificações: CE, RoHS.

Características do Controlador: 3 teclas de silicone;

a) Tecla 1: Ativação das Luzes - Direcionamento para Esquerda;

b) Tecla 2: Ativação das Luzes no modo Patrulha;

c) Tecla 3: Ativação das Luzes - Direcionamento para Direita;

OBS: Se estiverem acionadas as teclas 1 e 3, serão ativadas as Luzes no modo de Direcionamento para as pontas.

d) Iluminação de fundo das teclas na cor vermelha;

e) Indicação de acionamento da tecla;

f) Tensão de operação +12 VDC;

g) Proteção contra transientes de tensão;

h) Sensor de baixa tensão da bateria com desligamento automático do sistema;

i) Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXV- Luzes auxiliares externas: Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;

b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;

c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;

d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas; e)

Certificações: CE, RoHS.

XXVI - Sinalizadores Internos: Até 10 blocos óticos; Refletor parabólico; Blocos com 3 ou 6 Leds de 3W; Vedação luminosa, impedindo o retorno da luz emitida pelos blocos; Tensão de operação +12 VDC; Proteção contra transiente de tensão, conforme SAE J1113-11; Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXVII - Sirene (Profissional 156 dB Policia 6 Ton com 12V, para viaturas militares, instalada na parte frontal e interna do veículo, com acionamento via controle interno, instalado em local de fácil acesso no painel do veículo).

a) Tensão de Operação: 12V;

b) Pressão Sonora: 156B (1 metro);

c) 80w rms de Potência;

d) 6 Tons: start, horn, pial, wail, hyelp, yelp, hi-lo;

e) Fabricação em Plástico Resistente;

f) Peso: até 2kg;

g) Dimensões de Sirene:

- g.1) Diâmetro:13cm;
- g.2) Comprimento: 13cm;
- g.3) Largura: 12.5cm.

XXVIII - Luz de segurança, tipo giroflex de fixação frontal interna no para-brisa.

- a) Potência: mínima de 16 LEDs de 1 watt, totalizando 16 watts;
- b) Cores: Azul +Vermelho + Branco;
- c) Com acionamento e controle interno em local de fácil acesso no painel frontal interno do veículo;
- d) Botão Efeitos: Azul,Vermelho, Branco e intermitente;
- e) Material: Corpo do produto em metal e alumínio;
- f) Lentes: Tipo Flood em polipropileno;
- g) Tensão: 12 Volts DC;
- h) Tamanho mínimo: 35 cm x 10 cm x 5 cm.

XXIX - Película de controle solar nas especificações permitidas pelo CONTRAN.

2.1.2. Itens adicionais:

I - O veículo deverá ser entregue emplacado no município de Rio Branco, com todas as taxas referentes ao primeiro licenciamento, seguro obrigatório, etc.;

II - O veículo deve conter equipamentos obrigatórios e itens de proteção bem como, equipamentos de segurança exigidos por lei, pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN (triângulo, chave de rodas e extintor de incêndio) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

III - Garantia mínima de fabricação de 3 (três) anos sem limite de quilometragem.

2.1.3. Que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

2.1.4. Justificativa Roda em Liga Leve: Roda de liga leve mínima aro R17, original de fábrica, justificativa mecânica e ambiental: Rodas de alumínio são normalmente mais leves que rodas de ferro, e essa diferença de peso pode melhorar o controle e a precisão do motorista. As rodas de liga leve também ajudam a reduzir o peso total do veículo, o qual melhora o tempo de reação durante a frenagem e aceleração.

2.2. Os veículos automóveis utilitário tipo suv blindado., deverão seguir as seguintes especificações:

2.2.1. Automóvel Utilitário tipo (SUV), 4x4, turbo a Diesel, **Blindado**, 0 (zero) km, ano e modelo 2026/2026 ou superior; cor PRETO:

I - Veículo automotor tipo Utilitário (SUV), zero quilômetro (novo), com compartimentos de passageiros e carga no mesmo ambiente;

II - Pintura na cor preta conforme disponibilizado pelo fabricante;

III - Capacidade de transporte de 7 (sete) passageiros, incluindo motorista com 2 airbags frontais para o motorista e passageiro dianteiro; 2 airbags laterais nos bancos dianteiros;2 airbags de cortina;

IV - Motor turbo diesel;

V - Tanque de combustível com capacidade mínima de 68 litros;

VI - Potência mínima de 190 cv, com Torque : 43,9 kgfm;

VII - Protetores de cárter em aço;

VIII - Dimensões mínimas:

- a) Comprimento mínimo de 4.785 mm;
- b) Largura mínima 1.815 mm;
- c) Distância entre os eixos mínimo 2.800 mm;
- d) Altura mínima 1.805 mm;
- e) Capacidade de carga útil mínima 255 litros.

IX- Transmissão automática com no mínimo 7 marchas 06 (seis) à frente e uma (01) à ré; Sequencial com *paddle shifts* (borboletas no volante);

X- Sistema de tração 4x4, com controle de mudança da tração conforme fabricante;

XI - Direção hidráulica ou elétrica;

XII - 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) tampa traseira;

XIII - Freios a disco ventilados na dianteira; Freios a disco sólidos na traseira; Sistema Antitravamento (ABS) em ambas as rodas; Distribuição Eletrônica de Frenagem (EBD);

a) Assistência à Frenagem de Emergência (EBA);

b) Sistema de Mitigação de Colisão Frontal (FCM);

c) Controle Ativo de Estabilidade (ASC) e Tração (ATC);

d) Freio de Estacionamento Eletrônico; Assistente de Partida em Rampa (HSA) e Controle de Descida (HDC);

e) Brake Override System (BOS);

f) Piloto Automático Adaptativo.

XIV - Ar-condicionado de fábrica integrado; digital; dual Zone;

XV - Engate e reboque;

XVI - Faróis de milha ou neblina;

XVII - Equipado com sistema de áudio central multimídia e mínimo quatro alto-falante, rádio AM/FM, entrada USB, bluetooth, função MP3, conexão para smartphones e tablets via android e apple; Câmera de ré com sensor e linhas de distância com projeção na central multimídia;

XVIII - Rodas de liga leve mínimo aro 20" (polegadas) e Pneus Mínimos 265/50/20;

XIX - Kit alarme e travas elétricas com acionamento de comando na chave;

XX - Jogo de tapetes de borracha original do veículo;

XXI - Películas com proteção contra raios UV não reflexivas com nível mínimo de transparência estabelecido na legislação vigente;

XXII - Estribo Lateral;

Luzes de Segurança e Serviço:

XXIII - Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

Especificações:

a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;

b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;

c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;

d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas;

e) Certificações: CE, RoHS;

Características do Controlador: 3 teclas de silicone:

a) Tecla 1: Ativação das Luzes - Direcionamento para Esquerda;

b) Tecla 2: Ativação das Luzes no modo Patrulha;

c) Tecla 3: Ativação das Luzes - Direcionamento para Direita;

OBS: Se estiverem acionadas as teclas 1 e 3, serão ativadas as Luzes no modo de Direcionamento para as pontas.

d) Iluminação de fundo das teclas na cor vermelha;

e) Indicação de acionamento da tecla;

f) Tensão de operação +12 VDC;

g) Proteção contra transientes de tensão;

h) Sensor de baixa tensão da bateria com desligamento automático do sistema;

i) Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXIV - Luzes auxiliares externas: Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

- a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;
 - b) Quantidade de faróis: 08 faróisPotência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;
 - c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;
 - d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABSVida útil estimada: Acima de 30.000 horas; e)
- Certificações: CE, RoHS.

XXV - Sinalizadores Internos: Até 10 blocos óticos; Refletor parabólico; Blocos com 3 ou 6 Leds de 3W; Vedação luminosa, impedindo o retorno da luz emitida pelos blocos; Tensão de operação +12 VDC; Proteção contra transiente de tensão, conforme SAE J1113-11; Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXVI - Sirene (Profissional 156 dB Policia 6 Ton com 12V, para viaturas militares, instalada na parte frontal e interna do veículo, com acionamento via controle interno, instalado em local de fácil acesso no painel do veículo).

- a) Tensão de Operação: 12V;
- b) Pressão Sonora: 156 dB (1 metro);
- c) 80w rms de Potência;
- d) 6 Tons: start, horn, pial, wail, hyelp, yelp, hi-lo;
- e) Fabricação em Plástico Resistente;
- f) Peso: até 2kg;
- g) Dimensões de Sirene:
 - g.1) Diâmetro:13cm;
 - g.2) Comprimento: 13cm;
 - g.3) Largura: 12.5cm.

XXVII - Luz de segurança tipo giroflex de fixação frontal interna no para-brisa;

- a) Potência: mínima de 16 LEDs de 1 watt, totalizando 16 watts;
- b) Cores: Azul +Vermelho + Branco;
- c) Com acionamento e controle interno em local de fácil acesso no painel frontal interno do veículo;
- d) Botão Efeitos: Azul,Vermelho, Branco e intermitente;
- e) Material: Corpo do produto em metal e alumínio;
- f) Lentes: Tipo Flood em polipropileno;
- g) Tensão: 12 Volts DC;
- h) Tamanho mínimo: 35 cm x 10 cm x 5 cm .

2.2.2. Itens adicionais:

I - O veículo deverá ser entregue emplacado no município de Rio Branco, com todas as taxas referentes ao primeiro licenciamento, seguro obrigatório, etc.;

II - O veículo deve conter equipamentos obrigatórios e itens de proteção bem como equipamentos de segurança exigidos por lei, pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN (triângulo, chave de rodas e extintor de incêndio) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

III - Garantia mínima de fabricação de 3 (três) anos sem limite de quilometragem.

IV - Seguro de 3 (três) anos de seguro total (Com SEGURO DO VEÍCULO: cobertura compreensiva, franquia normal, indenização integral do veículo com base na tabela FIPE, danos a terceiros de 100% (materiais R\$ 400.000,00, corporais R\$ 400.000,00, morais R\$ 20.000,00, morte por passageiros R\$ 20.000,00, acidentes pessoais por passageiros com despesas médicos hospitalares R\$ 20.000,00, assistência 24HS com guincho com no mínimo 650km), contados a partir de sua emissão), 5 (cinco) revisões conforme manual do fabricante.

2.2.3. Blindagem: Blindagem total tipo (III-A, conforme ABNT NBR 15000).

- I - Resistente a diversos calibres de armas de mão, incluindo o .44 Magnum.
- II - Feita principalmente com mantas de fibra de aramida (como Kevlar®).
- III - Vidros: Espessura de cerca de 17mm a 21mm.

2.2.3.1. A empresa contratada será responsável pelas garantias de blindagem.

2.2.4. Que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

2.2.5. Justificativa Roda em Liga Leve: Roda de liga leve mínima aro R20, original de fábrica, justificativa mecânica e ambiental: Rodas de alumínio são normalmente mais leves que rodas de ferro, e essa diferença de peso pode melhorar o controle e a precisão do motorista. As rodas de liga leve também ajudam a reduzir o peso total do veículo, o qual melhora o tempo de reação durante a frenagem e aceleração.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A realização do presente processo licitatório tem por finalidade assegurar uma estrutura adequada para atender às necessidades da Casa Militar, no que se refere à garantia de transporte seguro e eficiente para o Chefe e a Subchefe do Executivo acreano.

3.2. A Casa Militar apresenta justificativa consistente para a aquisição dos referidos veículos. Primeiramente, destaca-se a necessidade de garantir a segurança e a integridade física do Chefe e da Subchefe do Executivo acreano, considerando que a frota atual dispõe de apenas um veículo utilitário esportivo (SUV) com característica blindada, o qual é insuficiente para atender à totalidade das demandas operacionais, configurando um déficit significativo. Em segundo lugar, observa-se que os veículos de passeio executivo atualmente disponíveis não são suficientes para suprir as demandas diárias relacionadas ao transporte de autoridades, bem como do Chefe e da Subchefe do Executivo acreano.

3.3. A aquisição pretendida visa, portanto, ampliar a capacidade de resposta e a eficiência operacional das equipes de segurança, assegurando suporte adequado às atividades de transporte, proteção e preservação da integridade das autoridades do Executivo estadual.

3.4. Entre os principais pontos que justificam essa aquisição, destaca-se a mobilidade e a segurança no deslocamento terrestre dos Chefes do Executivo acreano entre os diversos municípios do Estado do Acre.

3.5. O Estado do Acre apresenta uma geografia complexa, caracterizada por extensas áreas de floresta, presença de rios e predominância de estradas não pavimentadas, que frequentemente se tornam intransitáveis, sobretudo durante o período chuvoso. Nesse contexto, os veículos utilitários esportivos (SUV), dotados de tração 4x4 e maior robustez, mostram-se indispensáveis para o acesso a áreas de difícil alcance e para o tráfego em longos trechos das rodovias acreanas, muitas das quais ainda não possuem revestimento asfáltico adequado.

3.6. Os veículos de passeio executivo, por sua vez, serão empregados prioritariamente no atendimento das demandas no âmbito do município de Rio Branco, onde esse tipo de veículo se mostra mais apropriado às condições urbanas e às atividades institucionais rotineiras.

3.7. Dessa forma, a aquisição de dois veículos utilitários esportivos (SUV) e dois veículos de passeio executivo configura-se não apenas como uma simples compra de bens, mas como um investimento estratégico, destinado a fortalecer a capacidade da Casa Militar em garantir uma estrutura de transporte segura, confiável e eficiente, indispensável ao pleno desenvolvimento das atividades logísticas do Executivo acreano em todo o território do Estado do Acre.

3.8. Diante do exposto, considerando a necessidade de assegurar a execução das demandas desta Casa Militar, bem como os princípios da eficiência, economicidade, transparência e legalidade que regem a Administração Pública, justifica-se a abertura de licitação para a aquisição de veículos automotores.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPRESAS – ME

4.1. O enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte observará o disposto na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, notadamente os arts. 42 a 49.

4.2. O empresário individual, enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º, da LC nº 123/06, receberá o mesmo tratamento concedido às ME e/ou EPP na referida Lei.

5. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

5.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no presente Pregão Eletrônico, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto licitado consiste na aquisição de veículos automotores novos, caracterizando-se como bem comum, padronizado e amplamente disponível no mercado.

5.2. A vedação fundamenta-se na inexistência de complexidade técnica ou operacional que justifique a conjugação de esforços entre empresas, bem como na necessidade de simplificação da fase de julgamento, da gestão e da fiscalização contratual, assegurando maior eficiência administrativa e segurança jurídica à contratação.

5.3. Registra-se que a restrição ora estabelecida não limita a competitividade, uma vez que há no mercado número suficiente de fornecedores aptos a atender integralmente às exigências do edital, em observância aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência, economicidade e interesse público.

6. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os veículos a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como bem de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

7. NÍVEL DE BLINDAGEM DO VEÍCULO E REQUISITOS DOS SERVIÇOS

7.1. O nível de blindagem do veículos e os requisitos dos respectivos serviços deverão obedecer, no mínimo, às seguintes especificações:

7.1.1. Tipo de blindagem: blindagem com material balístico com nível III-A, resistente até o impacto de munições 9FMJ, com energia cinética de 726 joules; bem como a munições 44 Magnum SWC Chumbo, com energia cinética de 1.411 joules provenientes de revólveres 44 Magnum e inferiores.

7.1.2. A blindagem deverá ser executada em conformidade com a NBR 15000:2005, NIJ 0108.01 e Portaria n.º 55 – COLOG, de 05 de julho de 2017, o Decreto 3.665/2000, Norma Internacional do National Institute of Justice, a Portaria do departamento Logístico do Exército Brasileiro, contendo normas reguladoras dos procedimentos para blindagem de veículos e demais atividades relacionadas com veículos blindados (Norblind) e respectivas atualizações.

7.1.3. A blindagem deverá estar autorizada na forma da lei e pelo órgão competente, bem como registrada no Departamento de Trânsito, com inclusão nos campos de observações do CRLV e CRV, da característica de “veículo blindado”.

7.1.4. A blindagem deverá ser originária de fábrica, ou executada por empresa regularmente credenciada, detentora do respectivo Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR) emitido pelo Exército Brasileiro, o qual deverá ser apresentado junto com a Proposta.

7.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer o CSV – Certificado de Segurança Veicular, emitido por empresa credenciada pelo INMETRO para tal fim, inclusive arcando com o pagamento de taxas, se houver.

7.1.6. A CONTRATADA deverá fornecer Declaração de blindagem no País emitida pelo Ministério da Defesa do Exército Brasileiro constando o registro da modificação de característica em órgão de trânsito no nome da empresa prestadora do serviço, no momento da entrega dos veículos.

7.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer Autorização de Blindagem de Veículo emitida pelo Ministério da Defesa do Exército Brasileiro no nome da empresa responsável pela blindagem do veículo, e que é responsável pela abertura do processo, à empresa contratada, que fica responsável pela integralidade da execução dos serviços e toda a documentação sem ônus para o CONTRATANTE.

7.1.8. A CONTRATADA deverá fornecer Termo de Responsabilidade de Blindagem no País, certificando as blindagens balísticas, opacas e transparentes, aplicadas no veículo, e que foram declaradas no processo de blindagem, constante do Sistema de Controle de Veículos Automotores Blindados e Blindagens Balística – SICOVAB, que garantem o Nível de proteção balística III-A, conforme previsto na Portaria n.º 94 – COLOG, de 16 de agosto de 2019.

7.1.9. A CONTRATADA deve fornecer Notas Fiscais dos bens adquiridos contendo todos os dados, especificações de objetos e peças e as alterações decorrentes das modificações, quando for o caso de blindagem feita por terceiro contratado, contendo os valores expressos em reais, separadamente, para cada um dos itens descritos trocados ou modificados.

7.2. Da blindagem do veículo:

7.2.1. A blindagem deverá atender, no mínimo, as seguintes partes do veículo:

- a) Blindagem completa do habitáculo com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- b) Blindagem completa no espaço entre painel (corta-fogo) e motor, resguardado o curso completo dos pedais de freio e de acelerador, com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- c) Blindagem do capô com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- d) Blindagem da bateria (somente quando esta ficar fora do alcance do capô), instalada de forma removível;
- e) Blindagem do tanque de combustível;
- f) Blindagem do teto com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- g) Blindagem dos para-lamas dianteiro e traseiro e das partes da caixa de roda que não estiverem acobertadas pela blindagem completa do habitáculo.

7.2.2. A blindagem das partes opacas dos veículos deverá atender às seguintes especificações:

a) Manta de aramida impermeabilizada, com no mínimo 9 (nove) camadas. “ARAMIDA: material elétrico, isolador de eletricidade, sintético, em forma de fibras, muito leve e de grande resistência mecânica à tração, responsável pela diminuição do peso da blindagem”;

b) Aço inoxidável, do tipo 304 “L”, com pelo menos 3mm (três milímetros) de espessura ou aço de qualidade superior, onde for tecnicamente impossível aplicar a manta de aramida impermeabilizada

7.2.3. Blindagem das partes transparentes com vidros blindados com, no mínimo, 21mm (vinte e um milímetros) de espessura, com policarbonato, tecnologia em gel, ou tecnologia equivalente ou superior, e transparência normatizada pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito, resguardado a abertura mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos vidros dianteiros. Os vidros devem possuir tecnologia para que não sofra de delaminação. Devem estar instalados amortecedores especiais e, se necessário, realizado aprimoramento do sistema de abertura com aumento de indutância. Os vidros também não poderão apresentar distorções ópticas, devendo obedecer aos contornos originais dos veículos e possuirão antenas incorporadas quando original para rádio, celular, GPS dentre outros. Indutância medida em Henry, que significa a propriedade de um circuito elétrico ou dois circuitos vizinhos, que determina força eletromotriz que é induzida num dos circuitos por uma determinada variação de campo magnético.

7.2.3.1. Os vidros das portas dianteiras terão sistema de acionamento elétrico, permitindo a abertura parcial ou, preferencialmente, total da janela.

- 7.2.3.2. O vidro da porta traseira direita terá acionamento elétrico, permitindo somente abertura parcial (até 2/3 de abertura, no máximo). O acionamento elétrico poderá ser travado/destravado somente pelo motorista ou agente que estiver sentado em qualquer um dos bancos dianteiros. O acionamento do vidro da porta traseira direita pela autoridade posicionada nesse lado somente poderá ser feita após ter sido destravado por aquele motorista ou agente.
- 7.2.4. Deverão ser usadas Overlaps nas bordas das mantas de aramida das partes blindadas, especialmente, nas molduras das 4 (quatro) portas e do porta-malas, no vidro traseiro e parabrisa, nos espelhos retrovisores, nas fechaduras, nas maçanetas e na carroceria e demais transições de materiais, eliminando Gaps balísticos e aumentando a resistência de ataques continuados. OVERLAP: superposição – moldura de reforço acrescentada nos limites das partes blindadas. Colocação de aço balístico nos principais pontos vulneráveis dos veículos e nas junções dos materiais, normalmente instalado na proteção das bordas das mantas de aramida, molduras das portas, espelhos retrovisores, fechaduras, maçanetas e carroceria. GAPS balísticos: espaço sem blindagem, que ocorrem geralmente nas junções dos diferentes materiais que compõem a blindagem.
- 7.2.5. Blindagem dos 5 (cinco) pneus, inclusive o de estepe, em cada veículo, a ser executado apenas nos sistemas de mobilidade Runflat, FlatsOver, Rodgard ou similar, utilizando tecnologia de borracha, ou tecnologia equivalente ou superior, de forma a permitir que o veículo possa se deslocar por, no mínimo, 40Km (quarenta quilômetros), a uma velocidade mínima de 100Km/h (cem quilômetros) por hora.
- 7.3. Readequação do peso do veículo acrescido pela blindagem:
- 7.3.1. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com recalibragem adequada da suspensão, como molas, amortecedores e demais componentes, e o redimensionamento do sistema de freios. Deverá, também, providenciar todos os serviços, resultantes das alterações feitas decorrentes da blindagem, a pedido do CONTRATANTE, caso se constate a necessidade, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 7.3.2. Peso total dos veículos após blindagem: O peso total da blindagem não pode elevar a relação peso/potência em nível muito superior ao original, de modo que o veículo não perca desempenho, aceitável a variação máxima entre 190 (cento e noventa) à 250 (duzentos e cinquenta) quilos.
- 7.3.3. Deverá ser feito o reforço ou acréscimo das dobradiças das portas dos veículos de modo a evitar dificuldades para abertura e fechamento das portas em função do peso acrescido.
- 7.4. Antes da entrega, os veículos deverão passar por revisão da geometria e do balanceamento, devendo a CONTRATADA apresentar o comprovante respectivo, correspondendo a cada veículo.
- 7.5. Todos os materiais utilizados na blindagem devem ser aprovados pelo CETEX – Centro de Tecnologia do Exército, cabendo ainda à CONTRATADA a apresentação de cópia autenticada dos respectivos RETEX – Relatórios Técnicos Experimentais dos materiais utilizados nas blindagens dos veículos.
- 7.6. Acabamento padrão originário do veículo deve ser mantido pela CONTRATADA.
- 7.7. Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as observações as normas dos fabricantes, assim como as normas pertinentes a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 7.8. Deverá ser instalada tampa do tanque de combustível metálica e com tranca se for o caso.
- 7.9. O CONTRATANTE poderá realizar visitas de inspeção e vistoria na fase final do processo de blindagem opaca, no momento da instalação de blindagem na parte metálica e do aço; e na fase final da blindagem transparente, que é a blindagem das áreas envidraçadas; ou a qualquer tempo, e a seu critério, durante a realização dos serviços de blindagem, no local de execução dos serviços.
- 7.10. Todo o procedimento de autorização da blindagem deve ser realizado pela CONTRATADA, assim como o de alteração de dados no DETRAN/AC – Departamento de Trânsito do Acre, após a obtenção do CSV – Certificado de Segurança Veicular, em empresa credenciada pelo INMETRO para tal fim, inclusive arcando com os pagamentos de taxas, se houver.
- 7.11. Todo o processo de execução da blindagem, desde a desmontagem, blindagem e remontagem, passo a passo, deverá ser ilustrado com imagens, fotos coloridas e digital (PDF), de modo que se possa verificar, através da observação dos fatos, exatamente qual foi a solução adotada para a blindagem de cada ponto dos veículos, inclusive para as colunas, orifícios de comando de espelhos retrovisores, fechaduras, teto, processos de colocação e fixação dos materiais de blindagem, detalhes dos trechos de superposição de materiais (Overlaps), reforço dos vidros, adequações na suspensão, dobradiças e demais processos necessários para a execução da blindagem.
- 7.12. Após a blindagem, é também de responsabilidade da CONTRATADA:
- a) A aplicação de película em todos os vidros dos veículos, respeitados os índices de transparências normatizados pelo CONTRAN, Resolução n.º 254/2007, como as da Insulfilm, Intercontrol e 3M, não podendo ser inferior;
- b) Todas as despesas, seguros, transporte em veículos apropriados, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, assim como as taxas de regularização dos veículos decorrentes da execução da blindagem são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.13. A blindagem deve ser, preferencialmente, originária de fábrica, ou executada por empresa contratada que ficará responsável pelo serviço de blindagem, devendo esta ser regularmente credenciada, sendo detentora do respectivo Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR) emitido pelo Exército Brasileiro.
- 7.14. Demais adequações:

7.14.1. Sirene com acionamento interno e intercomunicador bidirecional, com potência mínima de 100 W, que permita comunicação de dentro para fora e de fora para dentro do veículo.

7.14.2. Conjunto de 06 (seis) strobos, cada um com 04 leds e acionamento interno, para serem instalados na grade dianteira do veículo, em cores azul e vermelho. Os strobos devem ser instalados de uma maneira que o veículo permaneça descaracterizado.

7.14.3. Conjunto de 02 (dois) estroboscópicos de emergência, cada um com 08 (oito) LEDS e acionamento interno, a serem instalados no pára-brisa traseiro do lado interno, através de ventosas, nas cores azul e vermelho.

7.14.4. Os subitens 7.14.1 a 7.14.3 poderão ser acionados pelo mesmo painel de controle.

7.15. Garantia da Blindagem

7.15.1. A blindagem deverá possuir garantia mínima de 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo do veículo, abrangendo as partes opacas (mantas de aramida, aço balístico e demais materiais estruturais) e as partes transparentes (vidros blindados).

7.15.2. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, instalação, delaminação de vidros, falhas estruturais e quaisquer vícios que comprometam a integridade balística do conjunto.

7.15.3. A eventual oferta de prazo de garantia superior ao mínimo exigido será admitida, sem ônus adicional para a Administração.

7.15.4. A garantia da blindagem possui prazo próprio e independente da vigência contratual, não se vinculando ao prazo de execução do contrato administrativo.

7.16. A blindagem não altera a garantia de fábrica.

8. DA PROPOSTA

8.1. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do Edital.

8.2. A proposta deverá ser apresentada de forma clara, objetiva e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo conter, obrigatoriamente:

a) Identificação completa da empresa proponente (razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail);

b) Descrição detalhada do(s) veículo(s) ofertado(s), indicando marca, modelo, versão, ano/modelo, tipo de combustível, cor, itens de série e demais características técnicas, em estrita conformidade com as especificações mínimas exigidas;

c) Declaração expressa de que o veículo ofertado é **novo (zero quilômetro)**, sem uso anterior, não sendo considerado novo aquele que tenha sido objeto de qualquer tipo de emplacamento anterior;

d) Indicação do prazo de garantia de fábrica, não inferior ao mínimo exigido neste Termo de Referência;

e) Prazo de entrega, que deverá atender ao estabelecido neste Termo de Referência;

f) Valor unitário e total da proposta, em moeda corrente nacional, com todos os tributos, taxas, fretes, emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório e demais despesas necessárias à entrega do veículo devidamente regularizado em nome do órgão contratante;

g) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

8.3. No valor proposto deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, não sendo admitida posterior cobrança de qualquer valor adicional.

8.4. A proposta que não atender às especificações técnicas mínimas exigidas ou que apresentar descrição incompleta do objeto poderá ser desclassificada.

9. DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. Os veículos deverão ser entregues na sede da Casa Militar, sito a Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro: Ipase, CEP: 69.900-333, Rio Branco- Acre.

9.1.1. O gestor do Contrato em conjunto com servidor da Divisão de Transporte, procederá com a aceitação do bem após rigorosa conferência, e somente após dará o “atesto” na nota fiscal/fatura apresentada no ato da entrega.

9.2. Os veículos deverão ser entregues num prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogáveis por igual período devidamente justificados, contados a partir da assinatura da nota de empenho.

9.2.1. Os veículos somente serão considerados entregues quando emplacados, transferidos pela contratada a esta Casa Militar, às suas expensas.

9.2.2. Contra defeitos de fabricação, fica válida a garantia oferecida pela fabricante do veículo, não podendo esta ser inferior a 3 (três) anos, contados a partir da entrega do veículo.

10. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

11. DA INTENÇÕES DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Nos termos do Decreto nº 11.363/2023, o Órgão ou Entidade gerenciadora deverá realizar, na fase preparatória do processo licitatório ou contratação direta, procedimento público de IRP com o objetivo de permitir a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública estadual na futura ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades ou do valor máximo da despesa a ser contratada, porém, tendo em vista a peculiaridade do objeto, por se tratar de bens que atenderão diretamente a Casa Militar em suas demandas institucionais e de segurança, sendo de interesse restrito ao órgão, será dispensada a IRP.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

12.2. Os veículos devem ser movidos por, pelo menos, um combustível renovável.

12.3. Os veículos a serem adquiridos deverão ser classificados no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – PBEV como:

12.3.1. Classificação A quanto ao consumo energético relativamente à sua categoria.

12.3.2. Classificação B quanto ao consumo energético geral, incluindo as demais categorias.

12.3.3. Classificação A quanto às emissões de poluentes relativas aos limites vigentes no Programa de Controle da Poluição do Ar por veículos Automotores – PROCONVE.

12.3.4. A emissão de poluentes (NMHC, CO, NOx), gás de efeito estufa (CO2) consumo de combustível (Km/litro) e consumo energético devem estar em conformidade com a Fase PROCONVE P8 de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores.

12.3.5. Ter selo COMPET de eficiência energética.

12.4. No que se refere a blindagem do veículo é importante que os materiais utilizados sejam reciclados ou de fontes responsáveis.

12.5. Atenção em relação ao processo de blindagem pois a blindagem de um veículo exige grandes quantidades de energia e materiais como aço, vidro e plásticos, o que pode aumentar significativamente o impacto ambiental do carro. O fabricante deve primar por processos mais sustentáveis, com menor desperdício de material e menor uso de recursos não renováveis.

13. DOS PRAZOS

13.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de (01) um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 319, XI, do Decreto nº 11.363/2023 c/c art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. DO CONTRATO

13.2.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora poderá celebrar o Termo de Contrato.

13.2.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela Casa Militar.

13.3. DA VIGÊNCIA

13.3.1. O prazo de vigência do contrato ficará adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário.

13.3.2. A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em consonância ao disposto no art. 125, da Lei 14.133/2021.

13.3.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

13.4. DA EFICÁCIA

13.4.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

13.4.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

13.4.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

14. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.1.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico do Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.

14.2. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:

14.2.1. Para a referida contratação, pretende-se realizar processo Licitatório com fundamento legal na Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

14.2.2. Decreto Estadual nº 11.363/2023 - que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.

15. DOS REQUISITOS BÁSICOS DA CONTRATAÇÃO

15.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

15.2. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.2.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

16. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

16.1. A Empresa contratada deverá entregar os veículos em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

16.2. O descumprimento do prazo de entrega estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

16.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

16.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

16.5. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

16.5.1. Provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

16.5.2. Definitivamente: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

16.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

16.5.5. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

16.5.6. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o bem será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

16.5.7. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

16.5.8. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

16.5.9. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

16.6. Os veículos deverão ser entregues já emplacados, junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Acre - DETRAN/AC, em nome da Casa Militar com as taxas de emplacamento, licenciamento e Seguro Obrigatório- DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento da transferência, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incluam ou venham a incidir no preço proposto.

17. GARANTIA DOS VEÍCULOS E SEUS ACESSÓRIOS

17.1. A Empresa contratada deverá oferecer garantia mínima de acordo com a estipulada pelo fabricante do veículo,

incluindo os demais componentes e acessórios, período no qual as intervenções porventura necessárias ocorrerão integralmente por conta da Empresa contratada/vencedora do certame.

17.2. A garantia ofertada compreende a manutenção de âmbito nacional do veículo.

17.3. A garantia fornecida pela Empresa contratada/vencedora do certame deverá ser contada a partir do recebimento definitivo do objeto.

17.4. Aplica-se, no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no tocante a garantia do veículo ofertado.

17.5. Durante o período de garantia, a Empresa contratada/vencedora se compromete a cumprir diretamente ou por intermédio de empresa credenciada as seguintes obrigações:

17.5.1. Prestar o serviço de assistência técnica em garantia, quanto aos defeitos de fabricação, compreendendo reparos e substituições de peças/materiais às suas expensas, obrigando-se a colocar os veículos em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do início do atendimento.

17.5.2. Substituir o veículo no prazo de até 90 (noventa) dias se, durante o período de garantia, este apresentar pane total ou defeito sistemático que impeça o bom funcionamento, não sanados pela assistência técnica.

17.5.3. No caso de substituição do veículo, o novo bem terá o mesmo prazo de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição.

18. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

18.1. A Empresa contratada deverá obrigatoriamente prestar assistência técnica e manutenção do veículo ofertado, que deverá ser prestada por empresas credenciadas ao fabricante do veículo, sendo que esta assistência será prestada durante todo o período de garantia dos veículos.

18.2. A garantia mínima exigida será de 5 (cinco) anos para as partes mecânicas, quando ofertado pelo fabricante, e 5 (cinco) anos para a blindagem, conforme estabelecido neste Termo de Referência, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

18.3. Deve constar o nome das empresas, ou da própria licitante, ou das suas representantes ou credenciadas, que prestarão os serviços de assistência técnica aos veículos, durante o período de garantia, contendo os seguintes dados: a razão social. CNPJ, endereço completo, número do telefone e do fax, se houver, e o nome da pessoa responsável para contato.

18.4. Substituição de peças desgastadas pelo uso, óleo, lubrificantes, filtros e outros insumos necessários à manutenção do veículo, durante a vigência da garantia, serão de responsabilidade da Administração contratante, exceto a mão de obra para a execução dos serviços, cujo ônus será da Empresa contratada.

18.5. No caso do bem apresentar vício ou defeito no período de vigência da garantia deverá ser substituído por outro novo, de primeiro uso, e original, que apresente padrão de qualidade e desempenho igual ou superior ao licitado.

18.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do bem se este tiver apresentado vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da notificação.

18.6.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

18.7. O custo referente ao transporte do bem deverá ser 100% coberto pela garantia, a qual é de responsabilidade da Contratada.

18.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado para o contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1. São responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:

19.1.1. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, após devidamente atestadas por servidor designado para fiscalizar o Contrato;

19.1.2. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

19.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes à entrega dos bens que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;

19.1.4. Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução do objeto, por intermédio do fiscal ou demais servidores que estiverem acompanhando a entrega dos bens;

19.1.5. Indicar o local necessário ao fornecimento do objeto;

19.1.6. Receber os veículos e realizar os respectivos pagamentos nos prazos pactuados, desde que atendidas as condições para tanto;

19.1.7. Não receber os veículos dissonantes das especificações contidas na Proposta Comercial, no Edital e seus anexos;

19.1.8. Rejeitar todo e quaisquer veículo cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos

mínimos constantes deste Termo de Referência;

- 19.1.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência e seus anexos;
- 19.1.10. Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da Casa Militar e a dados e informações necessárias à execução do objeto;
- 19.1.11. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidores designados como representantes do CONTRATANTE (gestor e fiscal do contrato), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestarão as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;
- 19.1.11.1. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive as resultantes de imperfeições técnicas, emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior, e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;
- 19.1.12. O setor responsável pela execução do objeto comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução do objeto, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 19.1.13. Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis, quando necessárias;
- 19.1.14. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, principalmente as consideradas de natureza grave;
- 19.1.15. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 19.1.16. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- 19.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 19.1.18. O CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização e se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;
- 19.1.19. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar nas notas fiscais/faturas, os débitos e multas da CONTRATADA previstos neste instrumento e/ou na legislação, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA, caso ocorra;
- 19.1.20. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do objeto;
- 19.1.21. Solicitar por escrito a substituição dos veículos que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;
- 19.1.22. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 19.1.23. Verificar a regularidade da Empresa contratada, junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC, antes de cada pagamento;
- 19.1.24. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Empresa contratada junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, FGTS, Justiça do Trabalho, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal;
- 19.1.25. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, se o veículo entregue pela Empresa contratada está de acordo com as especificações constantes deste Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 20.1. São responsabilidades e obrigações da CONTRATADA:
- 20.1.1. Arcar com todos os custos necessários à completa execução do contrato.
- 20.1.2. Arcar com eventuais danos e prejuízos causados à Administração contratante e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto.
- 20.1.3. Assumir, integralmente, a responsabilidade por quaisquer acidentes nos quais possam ser vítimas seus empregados ou prepostos durante a entrega dos veículos nas dependências da Administração contratante, por omissão, negligência e descumprimento das recomendações técnicas e daquelas estabelecidas neste termo.

- 20.1.4. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade do veículo fornecido.
- 20.1.5. Colocar à disposição da Administração contratante, os meios necessários à comprovação da qualidade do veículo, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no termo de referência.
- 20.1.6. Comunicar à Administração contratante, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela Administração contratante.
- 20.1.7. Comunicar à Administração contratante, com antecedência, a data de entrega e os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, devidamente comprovados.
- 20.1.8. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 20.1.9. Dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários pela Administração contratante.
- 20.1.10. Efetuar a entrega do veículo em perfeitas condições, observando as especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado do respectivo documento fiscal, no qual constarão, dentre outras, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade/garantia.
- 20.1.11. Emitir o documento fiscal no valor pactuado juntamente com as comprovações de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal, apresentando-a à Administração contratante para ateste e pagamento.
- 20.1.12. Entregar o veículo acompanhado dos respectivos documentos fiscais e da Nota de Empenho no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da solicitação pela Administração contratante.
- 20.1.13. Executar o objeto, de acordo com as normas técnicas em vigor e as condições apresentadas em sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 20.1.14. Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas da Administração contratante, sob a pena de se constituir em inadimplência contratual.
- 20.1.15. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência e seus anexos.
- 20.1.16. Indenizar qualquer prejuízo ou reparar os danos causados à Administração contratante por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução do objeto, após processo administrativo de apuração.
- 20.1.17. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 20.1.18. Informar em sua proposta, sob pena de desclassificação, o fabricante/marca e referência do veículo ofertado.
- 20.1.19. Informar, após a assinatura da ARP, número de telefone e correio eletrônico, bem como o endereço da sede da Empresa contratada, a fim de poder receber as notificações e comunicações da Administração contratante.
- 20.1.20. Manter atualizado o seu cadastro junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA.
- 20.1.21. Manter atualizados os dados da Empresa e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, e-mail dentre outros.
- 20.1.22. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição.
- 20.1.23. Obedecer aos prazos preestabelecidos para execução do objeto.
- 20.1.24. Providenciar o transporte e a entrega, inclusive o descarregamento do veículo, se for o caso.
- 20.1.25. Relatar à Administração contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução do objeto e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados.
- 20.1.26. Responder, toda e qualquer notificação enviada pela Administração contratante em até 02 (dois) dias úteis, contadas da data do envio da respectiva notificação.
- 20.1.27. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente após os 02 (dois) dias úteis.
- 20.1.28. Responder pelos danos causados diretamente à Administração contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- 20.1.29. Responsabilizar-se pela qualidade do veículo, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no termo de referência.
- 20.1.30. Ressarcir a Administração contratante do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto licitado, exceto quando isso ocorrer por exigência da própria Administração contratante, ou ainda por caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.
- 20.1.31. Retirar a Nota de Empenho no prazo consignado na notificação.
- 20.1.32. Solucionar qualquer tipo de problema relacionado a execução do objeto.

- 20.1.33. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da Administração contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina, por esta instituído, mantendo-os devidamente uniformizados e identificados por crachá.
- 20.1.34. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 20.1.35. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- 20.1.36. Zelar pela padronização e qualidade do veículo fornecido.

21. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 21.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 21.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 21.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.5. FISCAL DO CONTRATO

- 21.5.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 21.5.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 21.5.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos bens entregues;
- 21.5.1.3. Atestar, em documento hábil, a entrega dos bens, após conferência prévia do objeto contratado;
- 21.5.1.4. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 21.5.1.5. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 21.5.1.6. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 21.5.1.7. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 21.5.1.8. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 21.5.1.9. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 21.5.1.10. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 21.5.1.11. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor dos bens, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 21.5.1.12. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 21.5.1.13. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 21.5.1.14. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos bens entregues;
- 21.5.1.15. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada; e
- 21.5.1.16. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

21.6. GESTOR DO CONTRATO

- 21.6.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 21.6.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 21.6.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 21.6.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à

legislação vigente;

21.6.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

21.6.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

21.6.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor dos bens, informando-as ao setor financeiro;

21.6.1.7. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;

21.6.1.8. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;

21.6.1.9. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

21.6.1.10. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

21.6.1.11. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

21.6.1.12. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

21.6.1.13. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

21.6.1.14. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

21.6.1.15. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei

21.6.1.16. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento do objeto comunicando as irregularidades encontradas

21.6.1.17. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

21.6.1.18. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

21.6.1.19. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

21.6.1.20. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

22. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

22.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições.

22.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

22.3. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

I - Certidão Negativa de Débito Municipal;

II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);

III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da

união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);

IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;

VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;

VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.

22.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Casa Militar, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro: Ipase, CEP: 69.900-333, Rio Branco-Acre;

b) CNPJ nº 34.715.300/0001-79, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

22.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

22.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

22.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

22.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da Casa Militar, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

22.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

22.10. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

22.11. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

22.12. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

23. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

23.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

23.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

23.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

24. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

24.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, da proposta ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

24.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas do contrato.

24.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

24.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96, da Lei 14.133/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

24.5. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

24.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

24.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

II - pagamento do custo da desmobilização.

24.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

25. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

25.1. Os preços registrados, assim como as responsabilidades assumidas pela futura Contratada, serão válidos pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato da Ata podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21.

25.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão:

25.2.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora da Ata e a retribuição da Casa Militar, para a justa remuneração dos produtos utilizados para execução contratual, poderá ser revisada, objetivando a

manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

25.2.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

25.3. Fica facultado a Casa Militar realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

25.4. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Casa Militar, porém contemplará os preços da data de entrega do pedido de repactuação de preços na Casa Militar, não se aplicando o reajuste de preços sobre os preços dos bens entregues e/ou sobre as que estiverem em andamento;

25.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a execução do objeto solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

25.6. ALTERAÇÕES NO CONTRATO

25.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de mínimo um ano contado do orçamento estimado, o qual terá como parâmetro a proposta final apresentada;

25.6.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

25.6.3. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

25.6.4. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

25.6.5. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

25.6.6. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução do objeto.

25.6.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

25.7. Será utilizado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para eventuais alterações de preços.

26. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

26.1. DA MODALIDADE

26.1.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

26.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

26.2.1. Menor preço por item.

26.2.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, solicitadas de acordo com a demanda da Casa Militar.

26.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

26.4. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento de veículos ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato com a(s) empresa(s) atestante(s).

26.4.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- 26.5. Declaração formal de disponibilidade em face do objeto licitado.
- 26.6. Declaração comprovando a existência de concessionária/oficina autorizada do veículo ofertado, estabelecida na cidade de Rio Branco/AC, por meio de documento expedido pelo fabricante do veículo.
- 26.7. Comprovação, por meio do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, na forma da lei, possuir patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, nos termos do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- 26.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

27. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 27.1. A ata de registro de preços formalizada nos termos do Decreto poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto nº 11.363/2023.
- 27.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 27.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 27.4. A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.
- 27.5. Os pedidos de adesão à Ata, feitos pelos Órgãos não participantes, deverão seguir o exposto nos arts. 334 a 338, do Decreto nº 11.363/2023.

28. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 28.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:
- Cód. Órgão / Unidade Executora: 447/001.
- Programa de Trabalho: 06183228621810000.
- Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00.
- Fonte de Recurso: 15000100 (Recursos próprios)

29. DOS IMPEDIMENTOS

- 29.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Casa Militar, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 30.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes nas normas e instrumentos legais correlatos a este Processo e, subsidiariamente, no que couber, na Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

Izabely Lima Lopes
Nome completo
Servidora Elaboradora

Máximo de Moraes Fontenele - 1º SGT PMAC
Servidor requisitante

Silvio Vilacorta Araujo da Silva - TC PM
Chefe da Casa Militar
Autoridade/Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **IZABELY LIMA LOPES**, Cargo **Comissionado**, em 19/02/2026, às 09:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MÁXIMO DE MORAIS FONTENELE**, **Chefe de Divisão**, em 19/02/2026, às 10:12, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO VILACORTA ARAÚJO DA SILVA**, **Chefe da Casa Militar**, em 19/02/2026, às 10:51, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019450119** e o código CRC **0F27C7C2**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0447.012567.00046/2025-29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X

PROCESSO SEI Nº

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº

O ESTADO DO ACRE, por meio da, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, sediada na, neste ato representada pelo Sr., no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº XXX, publicado no Diário Oficial do Estado nº XXX, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículos automotores novos, para atender as necessidades da Casa Militar, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. A partir da assinatura deste instrumento ficam registrados os preços da(s) **EMPRESA(S)** abaixo identificada:

I - XXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, inscrição estadual nº XXXX, com sede na Rua XX, Nº XX, Bairro XX, CEP XXX, Cidade - Estado, representada neste ato pelo senhor(a) XXX, RG nº XXX e CPF nº XXX, vencedor do item único.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades do item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Veículo automóvel passeio tipo executivo. (Descrição complementar conforme subitem 3.2).	Unidade	2	XX	XX
2	Veículo automóvel utilitário tipo suv blindado. (Descrição complementar conforme subitem 3.3).	Unidade	2	XX	XX

3.2. Os veículos automóveis passeio tipo executivo, deverão seguir as seguintes especificações:

3.2.1. Veículo tipo (Executivo) Híbrido:

I - Veículo automotor leve (Executivo) tipo híbrido 0 (zero) km, ano e modelo 2026/2026 ou superior;

II - Cor preta (original do fabricante);

III - 4 (quatro) portas laterais;

IV - Capacidade para 5 (cinco) passageiros;

V - Motor com potência mínima de 160 cv;

VI - A partir da motorização de 1.8 a combustão;

VII - Motor bicombustível, gasolina e álcool;

VIII - Câmbio automático;

IX - Direção hidráulica ou elétrica;

- X - Vidros elétricos nas 04 portas;
- XI - Rodas de liga leve aro 17" no mínimo;
- XII - Pneus de no mínimo 225/45 R17 - Freios ABS nas 04 rodas;
- XIII - Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro;
- XIV - Câmera de ré com linhas de distância e projeção na central multimídia;
- XV - Air bag mínimo frontal (dois) e laterais, sendo (dois) dianteiros e (dois) traseiros;
- XVI - Ar condicionado;
- XVII - Alarme antifurto;
- XVIII - Computador de bordo;
- XIX - Comando interno dos retrovisores externos;
- XX - Jogo de tapetes;
- XXI - Tanque de combustível com capacidade mínima para 40 (quarenta) litros;
- XXII - Porta-malas com capacidade mínima para 450 (quatrocentos e cinquenta) litros;
- XXIII - Equipado com sistema de áudio central multimídia e mínimo quatro alto-falante, rádio AM/FM, entrada USB, bluetooth, função MP3, conexão para smartphones e tablets via android e apple;
- XXIV - Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos para-choques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

Especificações:

- a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;
- b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;
- c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;
- d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas;
- e) Certificações: CE, RoHS.

Características do Controlador: 3 teclas de silicone;

- a) Tecla 1: Ativação das Luzes - Direcionamento para Esquerda;
- b) Tecla 2: Ativação das Luzes no modo Patrulha;
- c) Tecla 3: Ativação das Luzes - Direcionamento para Direita;

OBS: Se estiverem acionadas as teclas 1 e 3, serão ativadas as Luzes no modo de Direcionamento para as pontas.

- d) Iluminação de fundo das teclas na cor vermelha;
- e) Indicação de acionamento da tecla;
- f) Tensão de operação +12 VDC;
- g) Proteção contra transientes de tensão;
- h) Sensor de baixa tensão da bateria com desligamento automático do sistema;
- i) Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXV- Luzes auxiliares externas: Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos para-choques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

- a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;
 - b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;
 - c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;
 - d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas; e)
- Certificações: CE, RoHS.

XXVI - Sinalizadores Internos: Até 10 blocos óticos; Refletor parabólico; Blocos com 3 ou 6 Leds de 3W;

Vedação luminosa, impedindo o retorno da luz emitida pelos blocos; Tensão de operação +12 VDC; Proteção contra transiente de tensão, conforme SAE J1113-11; Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXVII - Sirene (Profissional 156 dB Policia 6 Ton com 12V, para viaturas militares, instalada na parte frontal e interna do veículo, com acionamento via controle interno, instalado em local de fácil acesso no painel do veículo).

- a) Tensão de Operação: 12V;
- b) Pressão Sonora: 156B (1 metro);
- c) 80w rms de Potência;
- d) 6 Tons: start, horn, pial, wail, hyelp, yelp, hi-lo;
- e) Fabricação em Plástico Resistente;
- f) Peso: até 2kg;
- g) Dimensões de Sirene:
 - g.1) Diâmetro:13cm;
 - g.2) Comprimento: 13cm;
 - g.3) Largura: 12.5cm.

XXVIII - Luz de segurança, tipo giroflex de fixação frontal interna no para-brisa.

- a) Potência: mínima de 16 LEDs de 1 watt, totalizando 16 watts;
- b) Cores: Azul +Vermelho + Branco;
- c) Com acionamento e controle interno em local de fácil acesso no painel frontal interno do veículo;
- d) Botão Efeitos: Azul,Vermelho, Branco e intermitente;
- e) Material: Corpo do produto em metal e alumínio;
- f) Lentes: Tipo Flood em polipropileno;
- g) Tensão: 12 Volts DC;
- h) Tamanho mínimo: 35 cm x 10 cm x 5 cm.

XXIX - Película de controle solar nas especificações permitidas pelo CONTRAN.

3.2.2. Itens adicionais:

I - O veículo deverá ser entregue emplacado no município de Rio Branco, com todas as taxas referentes ao primeiro licenciamento, seguro obrigatório, etc.;

II - O veículo deve conter equipamentos obrigatórios e itens de proteção bem como, equipamentos de segurança exigidos por lei, pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN (triângulo, chave de rodas e extintor de incêndio) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

III - Garantia mínima de fabricação de 3 (três) anos sem limite de quilometragem.

3.2.3. Que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

3.2.4. Justificativa Roda em Liga Leve: Roda de liga leve mínima aro R17, original de fábrica, justificativa mecânica e ambiental: Rodas de alumínio são normalmente mais leves que rodas de ferro, e essa diferença de peso pode melhorar o controle e a precisão do motorista. As rodas de liga leve também ajudam a reduzir o peso total do veículo, o qual melhora o tempo de reação durante a frenagem e aceleração.

3.3. Os veículos automóveis utilitário tipo suv blindado, deverão seguir as seguintes especificações:

3.3.1. Automóvel Utilitário tipo (SUV), 4x4, turbo a Diesel, **Blindado**, 0 (zero) km, ano e modelo 2026/2026 ou superior; cor PRETO:

I - Veículo automotor tipo Utilitário (SUV), zero quilômetro (novo), com compartimentos de passageiros e carga no mesmo ambiente;

II - Pintura na cor preta conforme disponibilizado pelo fabricante;

III - Capacidade de transporte de 7 (sete) passageiros, incluindo motorista com 2 airbags frontais para o motorista e passageiro dianteiro; 2 airbags laterais nos bancos dianteiros;2 airbags de cortina;

IV - Motor turbo diesel;

V - Tanque de combustível com capacidade mínima de 68 litros;

VI - Potência mínima de 190 cv, com Torque : 43,9 kgfm;

VII - Protetores de cárter em aço;

VIII - Dimensões mínimas:

- a) Comprimento mínimo de 4.785 mm;
- b) Largura mínima 1.815 mm;
- c) Distância entre os eixos mínimo 2.800 mm;
- d) Altura mínima 1.805 mm;
- e) Capacidade de carga útil mínima 255 litros.

IX- Transmissão automática com no mínimo 7 marchas 06 (seis) à frente e uma (01) à ré; Sequencial com *paddle shifts* (borboletas no volante);

X- Sistema de tração 4x4, com controle de mudança da tração conforme fabricante;

XI - Direção hidráulica ou elétrica;

XII - 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) tampa traseira;

XIII - Freios a disco ventilados na dianteira; Freios a disco sólidos na traseira; Sistema Antitravamento (ABS) em ambas as rodas; Distribuição Eletrônica de Frenagem (EBD);

- a) Assistência à Frenagem de Emergência (EBA);
- b) Sistema de Mitigação de Colisão Frontal (FCM);
- c) Controle Ativo de Estabilidade (ASC) e Tração (ATC);
- d) Freio de Estacionamento Eletrônico; Assistente de Partida em Rampa (HSA) e Controle de Descida (HDC);
- e) Brake Override System (BOS);
- f) Piloto Automático Adaptativo.

XIV - Ar-condicionado de fábrica integrado; digital; dual Zone;

XV - Engate e reboque;

XVI - Faróis de milha ou neblina;

XVII - Equipado com sistema de áudio central multimídia e mínimo quatro alto-falante, rádio AM/FM, entrada USB, bluetooth, função MP3, conexão para smartphones e tablets via android e apple; Câmera de ré com sensor e linhas de distância com projeção na central multimídia;

XVIII - Rodas de liga leve mínimo aro 20" (polegadas) e Pneus Mínimos 265/50/20;

XIX - Kit alarme e travas elétricas com acionamento de comando na chave;

XX - Jogo de tapetes de borracha original do veículo;

XXI - Películas com proteção contra raios UV não reflexivas com nível mínimo de transparência estabelecido na legislação vigente;

XXII - Estribo Lateral;

Luzes de Segurança e Serviço:

XXIII - Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

Especificações:

- a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;
- b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;
- c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;
- d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas;

e) Certificações: CE, RoHS;

Características do Controlador: 3 teclas de silicone:

- a) Tecla 1: Ativação das Luzes - Direcionamento para Esquerda;
- b) Tecla 2: Ativação das Luzes no modo Patrulha;

c) Tecla 3: Ativação das Luzes - Direcionamento para Direita;

OBS: Se estiverem acionadas as teclas 1 e 3, serão ativadas as Luzes no modo de Direcionamento para as pontas.

d) Iluminação de fundo das teclas na cor vermelha;

e) Indicação de acionamento da tecla;

f) Tensão de operação +12 VDC;

g) Proteção contra transientes de tensão;

h) Sensor de baixa tensão da bateria com desligamento automático do sistema;

i) Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXIV- Luzes auxiliares externas: Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos para-choques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;

b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;

c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;

d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas; e) Certificações: CE, RoHS.

XXV - Sinalizadores Internos: Até 10 blocos óticos; Refletor parabólico; Blocos com 3 ou 6 Leds de 3W; Vedação luminosa, impedindo o retorno da luz emitida pelos blocos; Tensão de operação +12 VDC; Proteção contra transiente de tensão, conforme SAE J1113-11; Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXVI - Sirene (Profissional 156 dB Policia 6 Ton com 12V, para viaturas militares, instalada na parte frontal e interna do veículo, com acionamento via controle interno, instalado em local de fácil acesso no painel do veículo).

a) Tensão de Operação: 12V;

b) Pressão Sonora: 156 dB (1 metro);

c) 80w rms de Potência;

d) 6 Tons: start, horn, pial, wail, hyelp, yelp, hi-lo;

e) Fabricação em Plástico Resistente;

f) Peso: até 2kg;

g) Dimensões de Sirene:

g.1) Diâmetro: 13cm;

g.2) Comprimento: 13cm;

g.3) Largura: 12.5cm.

XXVII - Luz de segurança tipo giroflex de fixação frontal interna no para-brisa;

a) Potência: mínima de 16 LEDs de 1 watt, totalizando 16 watts;

b) Cores: Azul + Vermelho + Branco;

c) Com acionamento e controle interno em local de fácil acesso no painel frontal interno do veículo;

d) Botão Efeitos: Azul, Vermelho, Branco e intermitente;

e) Material: Corpo do produto em metal e alumínio;

f) Lentes: Tipo Flood em polipropileno;

g) Tensão: 12 Volts DC;

h) Tamanho mínimo: 35 cm x 10 cm x 5 cm .

3.3.2. Itens adicionais:

I - O veículo deverá ser entregue emplacado no município de Rio Branco, com todas as taxas referentes ao primeiro licenciamento, seguro obrigatório, etc.;

II - O veículo deve conter equipamentos obrigatórios e itens de proteção bem como equipamentos de segurança exigidos por lei, pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN (triângulo, chave de rodas e extintor de incêndio) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

III - Garantia mínima de fabricação de 3 (três) anos sem limite de quilometragem.

IV - Seguro de 3 (três) anos de seguro total (Com SEGURO DO VEÍCULO: cobertura compreensiva, franquia normal, indenização integral do veículo com base na tabela FIPE, danos a terceiros de 100% (materiais R\$ 400.000,00, corporais R\$ 400.000,00, morais R\$ 20.000,00, morte por passageiros R\$ 20.000,00, acidentes pessoais por passageiros com despesas médicos hospitalares R\$ 20.000,00, assistência 24HS com guincho com no mínimo 650km), contados a partir de sua emissão), 5 (cinco) revisões conforme manual do fabricante.

3.3.3. Blindagem: Blindagem total tipo (III-A, conforme ABNT NBR 15000).

I - Resistente a diversos calibres de armas de mão, incluindo o .44 Magnum.

II - Feita principalmente com mantas de fibra de aramida (como Kevlar®).

III - Vidros: Espessura de cerca de 17mm a 21mm.

3.3.3.1. A empresa contratada será responsável pelas garantias de blindagem.

3.3.4. Que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

3.3.5. Justificativa Roda em Liga Leve: Roda de liga leve mínima aro R20, original de fábrica, justificativa mecânica e ambiental: Rodas de alumínio são normalmente mais leves que rodas de ferro, e essa diferença de peso pode melhorar o controle e a precisão do motorista. As rodas de liga leve também ajudam a reduzir o peso total do veículo, o qual melhora o tempo de reação durante a frenagem e aceleração.

4. CLÁUSULA QUARTA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será a **CASA MILITAR**.

4.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A ata de registro de preços formalizada nos termos do Decreto poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto nº 11.363/2023.

5.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

5.5. Os pedidos de adesão à Ata, feitos pelos Órgãos não participantes, deverão seguir o exposto nos arts. 334 a 338, do Decreto nº 11.363/2023.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

6.1. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de (01) um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 319, XI, do Decreto nº 11.363/2023 c/c art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.2.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela.

- 8.2.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 8.2.2.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 8.2.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 8.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 8.4. O registro a que se refere o item 8.2.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 8.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 8.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 8.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 8.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 8.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.
- 8.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 8.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 8.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 8.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 8.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, desde que devidamente justificada, assegurada a preferência da detentora da ata de registro de preços quando em igualdade de condições (art. 343 do Decreto Estadual 11.363).

9. CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 9.1.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora da Ata e a retribuição da Casa Militar, para a justa remuneração dos produtos utilizados para execução contratual, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
- 9.1.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- 9.2. Fica facultado a Casa Militar realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.
- 9.3. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Casa Militar, porém contemplará os serviços realizados após a data de entrega do pedido de repactuação de preços na Casa Militar, não se aplicando o reajuste de preços sobre os serviços já executados e/ou sobre as que estiverem em andamento;
- 9.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a execução dos serviços solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

10.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

10.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

10.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

10.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

10.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de aplicação de sanção previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados,

não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data.

Órgão Gerenciador
XXXX

XXXXX
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **IZABELY LIMA LOPES**, Cargo **Comissionado**, em 19/02/2026, às 10:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019462190** e o código CRC **7BAD34E2**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 3/2026/CASMIL - DIVCLIC

Processo SEI nº

Ata de Registro de Preços nº

Pregão SRP nº

CONTRATO Nº_____/20XX, QUE CELEBRAM ENTRE SI A CASA MILITAR E A EMPRESA_____, PERTINENTE À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, o **ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através da **CASA MILITAR**, inscrito no CNPJ sob o nº 34.715.300/0001-79, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro Ipase, Rio Branco - Acre, neste ato representada pelo senhor **TC PM SILVIO VILACORTA ARAUJO DA SILVA**, brasileiro, portador do RG nº 120503588-4 e do CPF nº 512.629.832-15, com endereço profissional na **Casa Militar**, acima mencionado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo senhor _____, brasileiro, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, com endereço _____, nº _____, Bairro _____, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Contrato nº_____/20XX**, com base na legislação vigente, sujeitando-se, principalmente, à Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores, além dos demais instrumentos e diplomas legais correlatos a este Contrato, mediante às cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículos automotores novos, para atender as necessidades da Casa Militar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Veículo automóvel passeio tipo executivo. (Descrição complementar conforme subitem 1.4)	Unidade	2	R\$ XX	R\$ XX
2	Veículo automóvel utilitário tipo suv blindado. (Descrição complementar conforme subitem 1.5)	Unidade	2	R\$ XX	R\$ XX
VALOR TOTAL				R\$ XX	

1.2. O valor total da despesa para execução do presente contrato é de R\$ _____ (_____);

1.3. No valor acima estão incluídas todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, transporte, seguro, insumos), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.4. Os veículos automóveis passeio tipo executivo, deverão seguir as seguintes especificações:

1.4.1. Veículo tipo (Executivo) Híbrido:

I - Veículo automotor leve (Executivo) tipo híbrido 0 (zero) km, ano e modelo 2026/2026 ou superior;

II - Cor preta (original do fabricante);

- III - 4 (quatro) portas laterais;
- IV - Capacidade para 5 (cinco) passageiros;
- V - Motor com potência mínima de 160 cv;
- VI - A partir da motorização de 1.8 a combustão;
- VII - Motor bicombustível, gasolina e álcool;
- VIII - Câmbio automático;
- IX - Direção hidráulica ou elétrica;
- X - Vidros elétricos nas 04 portas;
- XI - Rodas de liga leve aro 17" no mínimo;
- XII - Pneus de no mínimo 225/45 R17 - Freios ABS nas 04 rodas;
- XIII - Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro;
- XIV - Câmera de ré com linhas de distância e projeção na central multimídia;
- XV - Air bag mínimo frontal (dois) e laterais, sendo (dois) dianteiros e (dois) traseiros;
- XVI - Ar condicionado;
- XVII - Alarme antifurto;
- XVIII - Computador de bordo;
- XIX - Comando interno dos retrovisores externos;
- XX - Jogo de tapetes;
- XXI - Tanque de combustível com capacidade mínima para 40 (quarenta) litros;
- XXII - Porta-malas com capacidade mínima para 450 (quatrocentos e cinquenta) litros;
- XXIII - Equipado com sistema de áudio central multimídia e mínimo quatro alto-falante, rádio AM/FM, entrada USB, bluetooth, função MP3, conexão para smartphones e tablets via android e apple;
- XXIV - Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

Especificações:

- a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;
- b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;
- c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DCDimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;
- d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10AhMaterial: Acrílico e ABSVida útil estimada: Acima de 30.000 horas;

- e) Certificações: CE, RoHS.

Características do Controlador: 3 teclas de silicone;

- a) Tecla 1: Ativação das Luzes - Direcionamento para Esquerda;
- b) Tecla 2: Ativação das Luzes no modo Patrulha;
- c) Tecla 3: Ativação das Luzes - Direcionamento para Direita;

OBS: Se estiverem acionadas as teclas 1 e 3, serão ativadas as Luzes no modo de Direcionamento para as pontas.

- d) Iluminação de fundo das teclas na cor vermelha;
- e) Indicação de acionamento da tecla;
- f) Tensão de operação +12 VDC;
- g) Proteção contra transientes de tensão;
- h) Sensor de baixa tensão da bateria com desligamento automático do sistema;
- i) Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXV- Luzes auxiliares externas: Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de

sinalização).

- a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;
- b) Quantidade de faróis: 08 faróisPotência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;
- c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DCDimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;
- d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10AhMaterial: Acrílico e ABSVida útil estimada: Acima de 30.000 horas; e)

Certificações: CE, RoHS.

XXVI - Sinalizadores Internos: Até 10 blocos óticos; Refletor parabólico; Blocos com 3 ou 6 Leds de 3W; Vedação luminosa, impedindo o retorno da luz emitida pelos blocos; Tensão de operação +12 VDC; Proteção contra transiente de tensão, conforme SAE J1113-11; Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXVII - Sirene (Profissional 156 dB Policia 6 Ton com 12V, para viaturas militares, instalada na parte frontal e interna do veículo, com acionamento via controle interno, instalado em local de fácil acesso no painel do veículo).

- a) Tensão de Operação: 12V;
- b) Pressão Sonora: 156B (1 metro);
- c) 80w rms de Potência;
- d) 6 Tons: start, horn, pial, wail, hyelp, yelp, hi-lo;
- e) Fabricação em Plástico Resistente;
- f) Peso: até 2kg;
- g) Dimensões de Sirene:
 - g.1) Diâmetro:13cm;
 - g.2) Comprimento: 13cm;
 - g.3) Largura: 12.5cm.

XXVIII - Luz de segurança, tipo giroflex de fixação frontal interna no para-brisa.

- a) Potência: mínima de 16 LEDs de 1 watt, totalizando 16 watts;
- b) Cores: Azul +Vermelho + Branco;
- c) Com acionamento e controle interno em local de fácil acesso no painel frontal interno do veículo;
- d) Botão Efeitos: Azul,Vermelho, Branco e intermitente;
- e) Material: Corpo do produto em metal e alumínio;
- f) Lentes: Tipo Flood em polipropileno;
- g) Tensão: 12 Volts DC;
- h) Tamanho mínimo: 35 cm x 10 cm x 5 cm.

XXIX - Película de controle solar nas especificações permitidas pelo CONTRAN.

1.4.2. Itens adicionais:

I - O veículo deverá ser entregue emplacado no município de Rio Branco, com todas as taxas referentes ao primeiro licenciamento, seguro obrigatório, etc.;

II - O veículo deve conter equipamentos obrigatórios e itens de proteção bem como, equipamentos de segurança exigidos por lei, pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN (triângulo, chave de rodas e extintor de incêndio) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

III - Garantia mínima de fabricação de 3 (três) anos sem limite de quilometragem.

1.4.3. Que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

1.4.4. Justificativa Roda em Liga Leve: Roda de liga leve mínima aro R17, original de fábrica, justificativa mecânica e ambiental: Rodas de alumínio são normalmente mais leves que rodas de ferro, e essa diferença de peso pode melhorar o controle e a precisão do motorista. As rodas de liga leve também ajudam a reduzir o peso total do veículo, o qual melhora o tempo de reação durante a frenagem e aceleração.

1.5. Os veículos automóveis utilitário tipo suv blindado., deverão seguir as seguintes especificações:

1.5.1. Automóvel Utilitário tipo (SUV), 4x4, turbo a Diesel, **Blindado**, 0 (zero) km, ano e modelo 2026/2026 ou superior; cor PRETO:

I - Veículo automotor tipo Utilitário (SUV), zero quilômetro (novo), com compartimentos de passageiros e

carga no mesmo ambiente;

II - Pintura na cor preta conforme disponibilizado pelo fabricante;

III - Capacidade de transporte de 7 (sete) passageiros, incluindo motorista com 2 airbags frontais para o motorista e passageiro dianteiro; 2 airbags laterais nos bancos dianteiros; 2 airbags de cortina;

IV - Motor turbo diesel;

V - Tanque de combustível com capacidade mínima de 68 litros;

VI - Potência mínima de 190 cv, com Torque : 43,9 kgfm;

VII - Protetores de cárter em aço;

VIII - Dimensões mínimas:

a) Comprimento mínimo de 4.785 mm;

b) Largura mínima 1.815 mm;

c) Distância entre os eixos mínimo 2.800 mm;

d) Altura mínima 1.805 mm;

e) Capacidade de carga útil mínima 255 litros.

IX- Transmissão automática com no mínimo 7 marchas 06 (seis) à frente e uma (01) à ré; Sequencial com *paddle shifts* (borboletas no volante);

X- Sistema de tração 4x4, com controle de mudança da tração conforme fabricante;

XI - Direção hidráulica ou elétrica;

XII - 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) tampa traseira;

XIII - Freios a disco ventilados na dianteira; Freios a disco sólidos na traseira; Sistema Antitravamento (ABS) em ambas as rodas; Distribuição Eletrônica de Frenagem (EBD);

a) Assistência à Frenagem de Emergência (EBA);

b) Sistema de Mitigação de Colisão Frontal (FCM);

c) Controle Ativo de Estabilidade (ASC) e Tração (ATC);

d) Freio de Estacionamento Eletrônico; Assistente de Partida em Rampa (HSA) e Controle de Descida (HDC);

e) Brake Override System (BOS);

f) Piloto Automático Adaptativo.

XIV - Ar-condicionado de fábrica integrado; digital; dual Zone;

XV - Engate e reboque;

XVI - Faróis de milha ou neblina;

XVII - Equipado com sistema de áudio central multimídia e mínimo quatro alto-falante, rádio AM/FM, entrada USB, bluetooth, função MP3, conexão para smartphones e tablets via android e apple; Câmera de ré com sensor e linhas de distância com projeção na central multimídia;

XVIII - Rodas de liga leve mínimo aro 20" (polegadas) e Pneus Mínimos 265/50/20;

XIX - Kit alarme e travas elétricas com acionamento de comando na chave;

XX - Jogo de tapetes de borracha original do veículo;

XXI - Películas com proteção contra raios UV não reflexivas com nível mínimo de transparência estabelecido na legislação vigente;

XXII - Estribo Lateral;

Luzes de Segurança e Serviço:

XXIII - Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

Especificações:

a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;

b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;

c) Tensão de operação: 10V à 14.4V DCDimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;

d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas;

e) Certificações: CE, RoHS;

Características do Controlador: 3 teclas de silicone:

a) Tecla 1: Ativação das Luzes - Direcionamento para Esquerda;

b) Tecla 2: Ativação das Luzes no modo Patrulha;

c) Tecla 3: Ativação das Luzes - Direcionamento para Direita;

OBS: Se estiverem acionadas as teclas 1 e 3, serão ativadas as Luzes no modo de Direcionamento para as pontas.

d) Iluminação de fundo das teclas na cor vermelha;

e) Indicação de acionamento da tecla;

f) Tensão de operação +12 VDC;

g) Proteção contra transientes de tensão;

h) Sensor de baixa tensão da bateria com desligamento automático do sistema;

i) Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXIV- Luzes auxiliares externas: Strobos (Mini sinalizador luminoso de alta potência com seis (06) leds de 3W com fixação externa nos parachoques dianteiro e traseiro, com acionamento interno e com no mínimo 10 padrões de sinalização).

a) Quantidade de LEDs: 02 LEDs por farol;

b) Quantidade de faróis: 08 faróis Potência total: 08 faróis X 3,75W = 30 Watts;

c) Tensão de operação: 10V à 14,4V DC Dimensões (cm): 5,3 x 2,7 x 1.8cm;

d) Consumo máximo em 12,6V: 1,10Ah Material: Acrílico e ABS Vida útil estimada: Acima de 30.000 horas; e) Certificações: CE, RoHS.

XXV - Sinalizadores Internos: Até 10 blocos óticos; Refletor parabólico; Blocos com 3 ou 6 Leds de 3W; Vedação luminosa, impedindo o retorno da luz emitida pelos blocos; Tensão de operação +12 VDC; Proteção contra transiente de tensão, conforme SAE J1113-11; Corrente de Standby menor que 1 mA.

XXVI - Sirene (Profissional 156 dB Policia 6 Ton com 12V, para viaturas militares, instalada na parte frontal e interna do veículo, com acionamento via controle interno, instalado em local de fácil acesso no painel do veículo).

a) Tensão de Operação: 12V;

b) Pressão Sonora: 156 dB (1 metro);

c) 80w rms de Potência;

d) 6 Tons: start, horn, pial, wail, hyelp, yelp, hi-lo;

e) Fabricação em Plástico Resistente;

f) Peso: até 2kg;

g) Dimensões de Sirene:

g.1) Diâmetro: 13cm;

g.2) Comprimento: 13cm;

g.3) Largura: 12.5cm.

XXVII - Luz de segurança tipo giroflex de fixação frontal interna no para-brisa;

a) Potência: mínima de 16 LEDs de 1 watt, totalizando 16 watts;

b) Cores: Azul + Vermelho + Branco;

c) Com acionamento e controle interno em local de fácil acesso no painel frontal interno do veículo;

d) Botão Efeitos: Azul, Vermelho, Branco e intermitente;

e) Material: Corpo do produto em metal e alumínio;

f) Lentes: Tipo Flood em polipropileno;

g) Tensão: 12 Volts DC;

h) Tamanho mínimo: 35 cm x 10 cm x 5 cm .

1.5.2. Itens adicionais:

I - O veículo deverá ser entregue emplacado no município de Rio Branco, com todas as taxas referentes ao primeiro licenciamento, seguro obrigatório, etc.;

II - O veículo deve conter equipamentos obrigatórios e itens de proteção bem como equipamentos de segurança exigidos por lei, pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN (triângulo, chave de rodas e extintor de incêndio) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

III - Garantia mínima de fabricação de 3 (três) anos sem limite de quilometragem.

IV - Seguro de 3 (três) anos de seguro total (Com SEGURO DO VEÍCULO: cobertura compreensiva, franquia normal, indenização integral do veículo com base na tabela FIPE, danos a terceiros de 100% (materiais R\$ 400.000,00, corporais R\$ 400.000,00, morais R\$ 20.000,00, morte por passageiros R\$ 20.000,00, acidentes pessoais por passageiros com despesas médicos hospitalares R\$ 20.000,00, assistência 24HS com guincho com no mínimo 650km), contados a partir de sua emissão), 5 (cinco) revisões conforme manual do fabricante.

1.5.3. Blindagem: Blindagem total tipo (III-A, conforme ABNT NBR 15000).

I - Resistente a diversos calibres de armas de mão, incluindo o .44 Magnum.

II - Feita principalmente com mantas de fibra de aramida (como Kevlar®).

III - Vidros: Espessura de cerca de 17mm a 21mm.

1.5.3.1. A empresa contratada será responsável pelas garantias de blindagem.

1.5.4. Que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

1.5.5. Justificativa Roda em Liga Leve: Roda de liga leve mínima aro R20, original de fábrica, justificativa mecânica e ambiental: Rodas de alumínio são normalmente mais leves que rodas de ferro, e essa diferença de peso pode melhorar o controle e a precisão do motorista. As rodas de liga leve também ajudam a reduzir o peso total do veículo, o qual melhora o tempo de reação durante a frenagem e aceleração.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. O Termo de Referência;

2.1.2. O Edital da Licitação;

2.1.3. A Proposta do contratado;

2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. DA VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência do contrato ficará adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário.

3.1.2. A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em consonância ao disposto no art. 125, da Lei 14.133/2021.

3.1.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

3.2. DA EFICÁCIA

3.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

3.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

3.2.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - NÍVEL DE BLINDAGEM DO VEÍCULO E REQUISITOS DOS SERVIÇOS

4.1. O nível de blindagem do veículos e os requisitos dos respectivos serviços deverão obedecer, no mínimo, às seguintes especificações:

4.1.1. Tipo de blindagem: blindagem com material balístico com nível III-A, resistente até o impacto de munições 9FMJ, com energia cinética de 726 joules; bem como a munições 44 Magnum SWC Chumbo, com energia cinética de 1.411 joules provenientes de revólveres 44 Magnum e inferiores.

4.1.2. A blindagem deverá ser executada em conformidade com a NBR 15000:2005, NIJ 0108.01 e Portaria n.º 55 –

COLOG, de 05 de julho de 2017, o Decreto 3.665/2000, Norma Internacional do National Institute of Justice, a Portaria do departamento Logístico do Exército Brasileiro, contendo normas reguladoras dos procedimentos para blindagem de veículos e demais atividades relacionadas com veículos blindados (Norblind) e respectivas atualizações.

4.1.3. A blindagem deverá estar autorizada na forma da lei e pelo órgão competente, bem como registrada no Departamento de Trânsito, com inclusão nos campos de observações do CRLV e CRV, da característica de “veículo blindado”.

4.1.4. A blindagem deverá ser originária de fábrica, ou executada por empresa regularmente credenciada, detentora do respectivo Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR) emitido pelo Exército Brasileiro, o qual deverá ser apresentado junto com a Proposta.

4.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer o CSV – Certificado de Segurança Veicular, emitido por empresa credenciada pelo INMETRO para tal fim, inclusive arcando com o pagamento de taxas, se houver.

4.1.6. A CONTRATADA deverá fornecer Declaração de blindagem no País emitida pelo Ministério da Defesa do Exército Brasileiro constando o registro da modificação de característica em órgão de trânsito no nome da empresa prestadora do serviço, no momento da entrega dos veículos.

4.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer Autorização de Blindagem de Veículo emitida pelo Ministério da Defesa do Exército Brasileiro no nome da empresa responsável pela blindagem do veículo, e que é responsável pela abertura do processo, à empresa contratada, que fica responsável pela integralidade da execução dos serviços e toda a documentação sem ônus para o CONTRATANTE.

4.1.8. A CONTRATADA deverá fornecer Termo de Responsabilidade de Blindagem no País, certificando as blindagens balísticas, opacas e transparentes, aplicadas no veículo, e que foram declaradas no processo de blindagem, constante do Sistema de Controle de Veículos Automotores Blindados e Blindagens Balística – SICOVAB, que garantem o Nível de proteção balística III-A, conforme previsto na Portaria n.º 94 – COLOG, de 16 de agosto de 2019.

4.1.9. A CONTRATADA deve fornecer Notas Fiscais dos bens adquiridos contendo todos os dados, especificações de objetos e peças e as alterações decorrentes das modificações, quando for o caso de blindagem feita por terceiro contratado, contendo os valores expressos em reais, separadamente, para cada um dos itens descritos trocados ou modificados.

4.2. Da blindagem do veículo:

4.2.1. A blindagem deverá atender, no mínimo, as seguintes partes do veículo:

- a) Blindagem completa do habitáculo com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- b) Blindagem completa no espaço entre painel (corta-fogo) e motor, resguardado o curso completo dos pedais de freio e de acelerador, com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- c) Blindagem do capô com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- d) Blindagem da bateria (somente quando esta ficar fora do alcance do capô), instalada de forma removível;
- e) Blindagem do tanque de combustível;
- f) Blindagem do teto com manta de aramida, no mínimo, de 9 (nove) camadas;
- g) Blindagem dos para-lamas dianteiro e traseiro e das partes da caixa de roda que não estiverem acobertadas pela blindagem completa do habitáculo.

4.2.2. A blindagem das partes opacas dos veículos deverá atender às seguintes especificações:

a) Manta de aramida impermeabilizada, com no mínimo 9 (nove) camadas. “ARAMIDA: material elétrico, isolador de eletricidade, sintético, em forma de fibras, muito leve e de grande resistência mecânica à tração, responsável pela diminuição do peso da blindagem”;

b) Aço inoxidável, do tipo 304 “L”, com pelo menos 3mm (três milímetros) de espessura ou aço de qualidade superior, onde for tecnicamente impossível aplicar a manta de aramida impermeabilizada

4.2.3. Blindagem das partes transparentes com vidros blindados com, no mínimo, 21mm (vinte e um milímetros) de espessura, com policarbonato, tecnologia em gel, ou tecnologia equivalente ou superior, e transparência normatizada pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito, resguardado a abertura mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos vidros dianteiros. Os vidros devem possuir tecnologia para que não sofra de delaminação. Devem estar instalados amortecedores especiais e, se necessário, realizado aprimoramento do sistema de abertura com aumento de indutância. Os vidros também não poderão apresentar distorções ópticas, devendo obedecer aos contornos originais dos veículos e possuirão antenas incorporadas quando original para rádio, celular, GPS dentre outros. Indutância medida em Henry, que significa a propriedade de um circuito elétrico ou dois circuitos vizinhos, que determina força eletromotriz que é induzida num dos circuitos por uma determinada variação de campo magnético.

4.2.3.1. Os vidros das portas dianteiras terão sistema de acionamento elétrico, permitindo a abertura parcial ou, preferencialmente, total da janela.

4.2.3.2. O vidro da porta traseira direita terá acionamento elétrico, permitindo somente abertura parcial (até 2/3 de abertura, no máximo). O acionamento elétrico poderá ser travado/destravado somente pelo motorista ou agente que estiver sentado em qualquer um dos bancos dianteiros. O acionamento do vidro da porta traseira direita pela autoridade posicionada nesse lado somente poderá ser feita após ter sido destravado por aquele motorista ou agente.

- 4.2.4. Deverão ser usadas Overlaps nas bordas das mantas de aramida das partes blindadas, especialmente, nas molduras das 4 (quatro) portas e do porta-malas, no vidro traseiro e parabrisa, nos espelhos retrovisores, nas fechaduras, nas maçanetas e na carroceria e demais transições de materiais, eliminando Gaps balísticos e aumentando a resistência de ataques continuados. OVERLAP: superposição – moldura de reforço acrescentada nos limites das partes blindadas. Colocação de aço balístico nos principais pontos vulneráveis dos veículos e nas junções dos materiais, normalmente instalado na proteção das bordas das mantas de aramida, molduras das portas, espelhos retrovisores, fechaduras, maçanetas e carroceria. GAPS balísticos: espaço sem blindagem, que ocorrem geralmente nas junções dos diferentes materiais que compõem a blindagem.
- 4.2.5. Blindagem dos 5 (cinco) pneus, inclusive o de estepe, em cada veículo, a ser executado apenas nos sistemas de mobilidade Runflat, FlatsOver, Rodgard ou similar, utilizando tecnologia de borracha, ou tecnologia equivalente ou superior, de forma a permitir que o veículo possa se deslocar por, no mínimo, 40Km (quarenta quilômetros), a uma velocidade mínima de 100Km/h (cem quilômetros) por hora.
- 4.3. Readequação do peso do veículo acrescido pela blindagem:
- 4.3.1. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com recalibragem adequada da suspensão, como molas, amortecedores e demais componentes, e o redimensionamento do sistema de freios. Deverá, também, providenciar todos os serviços, resultantes das alterações feitas decorrentes da blindagem, a pedido do CONTRATANTE, caso se constate a necessidade, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 4.3.2. Peso total dos veículos após blindagem: O peso total da blindagem não pode elevar a relação peso/potência em nível muito superior ao original, de modo que o veículo não perca desempenho, aceitável a variação máxima entre 190 (cento e noventa) à 250 (duzentos e cinquenta) quilos.
- 4.3.3. Deverá ser feito o reforço ou acréscimo das dobradiças das portas dos veículos de modo a evitar dificuldades para abertura e fechamento das portas em função do peso acrescido.
- 4.4. Antes da entrega, os veículos deverão passar por revisão da geometria e do balanceamento, devendo a CONTRATADA apresentar o comprovante respectivo, correspondendo a cada veículo.
- 4.5. Todos os materiais utilizados na blindagem devem ser aprovados pelo CETEX – Centro de Tecnologia do Exército, cabendo ainda à CONTRATADA a apresentação de cópia autenticada dos respectivos RETEX – Relatórios Técnicos Experimentais dos materiais utilizados nas blindagens dos veículos.
- 4.6. Acabamento padrão originário do veículo deve ser mantido pela CONTRATADA.
- 4.7. Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as observações as normas dos fabricantes, assim como as normas pertinentes a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 4.8. Deverá ser instalada tampa do tanque de combustível metálica e com tranca se for o caso.
- 4.9. O CONTRATANTE poderá realizar visitas de inspeção e vistoria na fase final do processo de blindagem opaca, no momento da instalação de blindagem na parte metálica e do aço; e na fase final da blindagem transparente, que é a blindagem das áreas envidraçadas; ou a qualquer tempo, e a seu critério, durante a realização dos serviços de blindagem, no local de execução dos serviços.
- 4.10. Todo o procedimento de autorização da blindagem deve ser realizado pela CONTRATADA, assim como o de alteração de dados no DETRAN/AC – Departamento de Trânsito do Acre, após a obtenção do CSV – Certificado de Segurança Veicular, em empresa credenciada pelo INMETRO para tal fim, inclusive arcando com os pagamentos de taxas, se houver.
- 4.11. Todo o processo de execução da blindagem, desde a desmontagem, blindagem e remontagem, passo a passo, deverá ser ilustrado com imagens, fotos coloridas e digital (PDF), de modo que se possa verificar, através da observação dos fatos, exatamente qual foi a solução adotada para a blindagem de cada ponto dos veículos, inclusive para as colunas, orifícios de comando de espelhos retrovisores, fechaduras, teto, processos de colocação e fixação dos materiais de blindagem, detalhes dos trechos de superposição de materiais (Overlaps), reforço dos vidros, adequações na suspensão, dobradiças e demais processos necessários para a execução da blindagem.
- 4.12. Após a blindagem, é também de responsabilidade da CONTRATADA:
- a) A aplicação de película em todos os vidros dos veículos, respeitados os índices de transparências normatizados pelo CONTRAN, Resolução n.º 254/2007, como as da Insulfilm, Intercontrol e 3M, não podendo ser inferior;
- b) Todas as despesas, seguros, transporte em veículos apropriados, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, assim como as taxas de regularização dos veículos decorrentes da execução da blindagem são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.13. A blindagem deve ser, preferencialmente, originária de fábrica, ou executada por empresa contratada que ficará responsável pelo serviço de blindagem, devendo esta ser regularmente credenciada, sendo detentora do respectivo Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR) emitido pelo Exército Brasileiro.
- 4.14. Demais adequações:
- 4.14.1. Sirene com acionamento interno e intercomunicador bidirecional, com potência mínima de 100 W, que permita comunicação de dentro para fora e de fora para dentro do veículo.
- 4.14.2. Conjunto de 06 (seis) strobos, cada um com 04 leds e acionamento interno, para serem instalados na grade dianteira do veículo, em cores azul e vermelho. Os strobos devem ser instalados de uma maneira que o veículo permaneça

descaracterizado.

4.14.3. Conjunto de 02 (dois) estroboscópicos de emergência, cada um com 08 (oito) LEDS e acionamento interno, a serem instalados no pára-brisa traseiro do lado interno, através de ventosas, nas cores azul e vermelho.

4.14.4. Os subitens 7.14.1 a 7.14.3 poderão ser acionados pelo mesmo painel de controle.

4.15. Garantia da Blindagem

4.15.1. A blindagem deverá possuir garantia mínima de 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo do veículo, abrangendo as partes opacas (mantas de aramida, aço balístico e demais materiais estruturais) e as partes transparentes (vidros blindados).

4.15.2. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, instalação, delaminação de vidros, falhas estruturais e quaisquer vícios que comprometam a integridade balística do conjunto.

4.15.3. A eventual oferta de prazo de garantia superior ao mínimo exigido será admitida, sem ônus adicional para a Administração.

4.15.4. A garantia da blindagem possui prazo próprio e independente da vigência contratual, não se vinculando ao prazo de execução do contrato administrativo.

4.16. A blindagem não altera a garantia de fábrica.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. Os veículos deverão ser entregues na sede da Casa Militar, sito a Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro: Ipase, CEP: 69.900-333, Rio Branco- Acre.

5.1.1. O gestor do Contrato em conjunto com servidor da Divisão de Transporte, procederá com a aceitação do bem após rigorosa conferência, e somente após dará o “atesto” na nota fiscal/fatura apresentada no ato da entrega.

5.2. Os veículos deverão ser entregues num prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogáveis por igual período devidamente justificados, contados a partir da assinatura da nota de empenho.

5.2.1. Os veículos somente serão considerados entregues quando emplacados, transferidos pela contratada a esta Casa Militar, às suas expensas.

5.2.2. Contra defeitos de fabricação, fica válida a garantia oferecida pela fabricante do veículo, não podendo esta ser inferior a 3 (três) anos, contados a partir da entrega do veículo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1. A Empresa contratada deverá entregar os veículos em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

6.2. O descumprimento do prazo de entrega estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

6.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

6.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista no Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

6.5. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

6.5.1. Provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

6.5.2. Definitivamente: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

6.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

6.5.5. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

6.5.6. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com no Termo de Referência, o bem será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

6.5.7. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios

ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

6.5.8. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

6.5.9. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

6.6. Os veículos deverão ser entregues já emplacados, junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Acre - DETRAN/AC, em nome da Casa Militar com as taxas de emplacamento, licenciamento e Seguro Obrigatório- DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento da transferência, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incluam ou venham a incidir no preço proposto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DOS VEÍCULOS E SEUS ACESSÓRIOS

7.1. A Empresa contratada deverá oferecer garantia mínima de acordo com a estipulada pelo fabricante do veículo, incluindo os demais componentes e acessórios, período no qual as intervenções porventura necessárias ocorrerão integralmente por conta da Empresa contratada/vencedora do certame.

7.2. A garantia ofertada compreende a manutenção de âmbito nacional do veículo.

7.3. A garantia fornecida pela Empresa contratada/vencedora do certame deverá ser contada a partir do recebimento definitivo do objeto.

7.4. Aplica-se, no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no tocante a garantia do veículo ofertado.

7.5. Durante o período de garantia, a Empresa contratada/vencedora se compromete a cumprir diretamente ou por intermédio de empresa credenciada as seguintes obrigações:

7.5.1. Prestar o serviço de assistência técnica em garantia, quanto aos defeitos de fabricação, compreendendo reparos e substituições de peças/materiais às suas expensas, obrigando-se a colocar os veículos em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do início do atendimento.

7.5.2. Substituir o veículo no prazo de até 90 (noventa) dias se, durante o período de garantia, este apresentar pane total ou defeito sistemático que impeça o bom funcionamento, não sanados pela assistência técnica.

7.5.3. No caso de substituição do veículo, o novo bem terá o mesmo prazo de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição.

8. CLÁUSULA OITAVA - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. A Empresa contratada deverá obrigatoriamente prestar assistência técnica e manutenção do veículo ofertado, que deverá ser prestada por empresas credenciadas ao fabricante do veículo, sendo que esta assistência será prestada durante todo o período de garantia dos veículos.

8.2. A garantia mínima exigida será de 5 (cinco) anos para as partes mecânicas, quando ofertado pelo fabricante, e 5 (cinco) anos para a blindagem, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

8.3. Deve constar o nome das empresas, ou da própria licitante, ou das suas representantes ou credenciadas, que prestarão os serviços de assistência técnica aos veículos, durante o período de garantia, contendo os seguintes dados: a razão social. CNPJ, endereço completo, número do telefone e do fax, se houver, e o nome da pessoa responsável para contato.

8.4. Substituição de peças desgastadas pelo uso, óleo, lubrificantes, filtros e outros insumos necessários à manutenção do veículo, durante a vigência da garantia, serão de responsabilidade da Administração contratante, exceto a mão de obra para a execução dos serviços, cujo ônus será da Empresa contratada.

8.5. No caso do bem apresentar vício ou defeito no período de vigência da garantia deverá ser substituído por outro novo, de primeiro uso, e original, que apresente padrão de qualidade e desempenho igual ou superior ao licitado.

8.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do bem se este tiver apresentado vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da notificação.

8.6.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.7. O custo referente ao transporte do bem deverá ser 100% coberto pela garantia, a qual é de responsabilidade da Contratada.

8.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado para o contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:

- 9.1.1. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, após devidamente atestadas por servidor designado para fiscalizar o Contrato;
- 9.1.2. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 9.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes à entrega dos bens que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;
- 9.1.4. Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução do objeto, por intermédio do fiscal ou demais servidores que estiverem acompanhando a entrega dos bens;
- 9.1.5. Indicar o local necessário ao fornecimento do objeto;
- 9.1.6. Receber os veículos e realizar os respectivos pagamentos nos prazos pactuados, desde que atendidas as condições para tanto;
- 9.1.7. Não receber os veículos dissonantes das especificações contidas na Proposta Comercial, no Edital e seus anexos;
- 9.1.8. Rejeitar todo e quaisquer veículo cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Termo de Referência;
- 9.1.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos;
- 9.1.10. Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da Casa Militar e a dados e informações necessárias à execução do objeto;
- 9.1.11. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidores designados como representantes do CONTRATANTE (gestor e fiscal do contrato), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestarão as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;
- 9.1.11.1. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive as resultantes de imperfeições técnicas, emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior, e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;
- 9.1.12. O setor responsável pela execução do objeto comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução do objeto, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.1.13. Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis, quando necessárias;
- 9.1.14. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, principalmente as consideradas de natureza grave;
- 9.1.15. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 9.1.16. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- 9.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 9.1.18. O CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização e se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;
- 9.1.19. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar nas notas fiscais/faturas, os débitos e multas da CONTRATADA previstos neste instrumento e/ou na legislação, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA, caso ocorra;
- 9.1.20. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do objeto;
- 9.1.21. Solicitar por escrito a substituição dos veículos que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;
- 9.1.22. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 9.1.23. Verificar a regularidade da Empresa contratada, junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC, antes de cada pagamento;

9.1.24. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Empresa contratada junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, FGTS, Justiça do Trabalho, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal;

9.1.25. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, se o veículo entregue pela Empresa contratada está de acordo com as especificações constantes deste Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São responsabilidades e obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Arcar com todos os custos necessários à completa execução do contrato.

10.1.2. Arcar com eventuais danos e prejuízos causados à Administração contratante e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto.

10.1.3. Assumir, integralmente, a responsabilidade por quaisquer acidentes nos quais possam ser vítimas seus empregados ou prepostos durante a entrega dos veículos nas dependências da Administração contratante, por omissão, negligência e descumprimento das recomendações técnicas e daquelas estabelecidas neste termo.

10.1.4. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade do veículo fornecido.

10.1.5. Colocar à disposição da Administração contratante, os meios necessários à comprovação da qualidade do veículo, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no termo de referência.

10.1.6. Comunicar à Administração contratante, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela Administração contratante.

10.1.7. Comunicar à Administração contratante, com antecedência, a data de entrega e os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, devidamente comprovados.

10.1.8. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.1.9. Dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários pela Administração contratante.

10.1.10. Efetuar a entrega do veículo em perfeitas condições, observando as especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado do respectivo documento fiscal, no qual constarão, dentre outras, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade/garantia.

10.1.11. Emitir o documento fiscal no valor pactuado juntamente com as comprovações de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal, apresentando-a à Administração contratante para ateste e pagamento.

10.1.12. Entregar o veículo acompanhado dos respectivos documentos fiscais e da Nota de Empenho no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da solicitação pela Administração contratante.

10.1.13. Executar o objeto, de acordo com as normas técnicas em vigor e as condições apresentadas em sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

10.1.14. Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas da Administração contratante, sob a pena de se constituir em inadimplência contratual.

10.1.15. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

10.1.16. Indenizar qualquer prejuízo ou reparar os danos causados à Administração contratante por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução do objeto, após processo administrativo de apuração.

10.1.17. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.18. Informar em sua proposta, sob pena de desclassificação, o fabricante/marca e referência do veículo ofertado.

10.1.19. Informar, após a assinatura da ARP, número de telefone e correio eletrônico, bem como o endereço da sede da Empresa contratada, a fim de poder receber as notificações e comunicações da Administração contratante.

10.1.20. Manter atualizado o seu cadastro junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA.

10.1.21. Manter atualizados os dados da Empresa e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, e-mail dentre outros.

10.1.22. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição.

10.1.23. Obedecer aos prazos preestabelecidos para execução do objeto.

10.1.24. Providenciar o transporte e a entrega, inclusive o descarregamento do veículo, se for o caso.

10.1.25. Relatar à Administração contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução do objeto e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados.

10.1.26. Responder, toda e qualquer notificação enviada pela Administração contratante em até 02 (dois) dias úteis,

contadas da data do envio da respectiva notificação.

- 10.1.27. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente após os 02 (dois) dias úteis.
- 10.1.28. Responder pelos danos causados diretamente à Administração contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- 10.1.29. Responsabilizar-se pela qualidade do veículo, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no termo de referência.
- 10.1.30. Ressarcir a Administração contratante do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto licitado, exceto quando isso ocorrer por exigência da própria Administração contratante, ou ainda por caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.
- 10.1.31. Retirar a Nota de Empenho no prazo consignado na notificação.
- 10.1.32. Solucionar qualquer tipo de problema relacionado a execução do objeto.
- 10.1.33. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da Administração contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina, por esta instituído, mantendo-os devidamente uniformizados e identificados por crachá.
- 10.1.34. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 10.1.35. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- 10.1.36. Zelar pela padronização e qualidade do veículo fornecido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 11.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.5. FISCAL DO CONTRATO

- 11.5.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 11.5.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 11.5.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos bens entregues;
- 11.5.1.3. Atestar, em documento hábil, a entrega dos bens, após conferência prévia do objeto contratado;
- 11.5.1.4. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 11.5.1.5. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 11.5.1.6. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 11.5.1.7. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 11.5.1.8. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 11.5.1.9. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 11.5.1.10. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 11.5.1.11. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor dos bens, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 11.5.1.12. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 11.5.1.13. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos

seus empregados;

11.5.1.14. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos bens entregues;

11.5.1.15. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada; e

11.5.1.16. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

11.6. GESTOR DO CONTRATO

11.6.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

11.6.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

11.6.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

11.6.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

11.6.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

11.6.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

11.6.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor dos bens, informando-as ao setor financeiro;

11.6.1.7. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;

11.6.1.8. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;

11.6.1.9. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

11.6.1.10. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

11.6.1.11. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

11.6.1.12. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

11.6.1.13. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

11.6.1.14. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

11.6.1.15. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei

11.6.1.16. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento do objeto comunicando as irregularidades encontradas

11.6.1.17. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

11.6.1.18. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

11.6.1.19. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

11.6.1.20. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições.

12.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

12.3. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

I - Certidão Negativa de Débito Municipal;

II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);

III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);

IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;

VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;

VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.

12.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Casa Militar, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro: Ipase, CEP: 69.900-333, Rio Branco-Acre;

b) CNPJ nº 34.715.300/0001-79, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

12.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

12.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

12.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

12.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da Casa Militar, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

12.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

12.10. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

12.11. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

12.12. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.
- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, da proposta ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da Contratada;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.2. A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de serviços;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço, e de fontes de materiais naturais especificadas na proposta, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

14.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a Contratada tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) assegurarão à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96, da Lei 14.133/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.5. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a Contratada será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

II - pagamento do custo da desmobilização.

14.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Os preços registrados, assim como as responsabilidades assumidas pela futura Contratada, serão válidos pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato da Ata podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21.

15.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão:

15.2.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora da Ata e a retribuição da Casa Militar, para a justa remuneração dos produtos utilizados para execução contratual, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

15.2.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

15.3. Fica facultado a Casa Militar realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

15.4. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Casa Militar, porém contemplará os serviços realizados após a data de entrega do pedido de repactuação de preços na Casa Militar, não se aplicando o reajuste de preços sobre os serviços já executados e/ou sobre as que estiverem em andamento;

15.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a execução dos serviços solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

15.6. ALTERAÇÕES NO CONTRATO

15.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de mínimo um ano contado do orçamento estimado, o qual terá como parâmetro a proposta final apresentada;

15.6.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

15.6.3. Os preços dos contratos para serviços contínuos serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

15.6.4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

15.6.5. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

15.6.6. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

15.6.7. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

15.6.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social da Contratada;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

15.7. Será utilizado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para eventuais alterações de preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ANTICORRUPÇÃO

16.1. A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

16.2. A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

16.3. A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: gabmilitar.ac@gmail.com;

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 471, - Bairro IPASE, Rio Branco/AC, CEP 69900-333.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Cód. Órgão / Unidade Executora: 447/001.

Programa de Trabalho: 06183228621810000.

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00.

Fonte de Recurso: 15000100 (Recursos próprios).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS IMPEDIMENTOS

18.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Casa Militar, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

19. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Silvio Vilacorta Araujo da Silva - TC PM
Chefe da Casa Militar
Contratante

XXXX
Representante Legal
Contratada



Documento assinado eletronicamente por **IZABELY LIMA LOPES, Cargo Comissionado**, em 19/02/2026, às 10:22, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019463022** e o código CRC **599B3D06**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xxxx (xxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.